

LEGISLAÇÃO

SUMÁRIO:

LEGISLAÇÃO RECENTE E AFIM:

Escola

Currículo

Pessoal docente e não docente

Alunos

ALGUMA LEGISLAÇÃO DE REFERÊNCIA/ANTIGA:

Autonomia

SÍTIOS DA INTERNET COM A LEGISLAÇÃO

I
LEGISLAÇÃO RECENTE
(A partir de 17.12.05
e afim)

ESCOLA

Autonomia, Administração e Gestão

Despacho n.º 16551/2009, de 21 de Julho (fixação dos critérios a observar na constituição e dotação das **assessorias técnico-pedagógicas** para apoio à actividade do cargo de director dos estabelecimentos públicos de educação pré-escolar e dos ensinos básicos e secundário).

Despacho n.º 9745/2009, de 8 de Abril (fixação do **número de adjuntos do director** para os estabelecimentos públicos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário).

Despacho n.º 9744/2009, de 8 de Abril (**reduções da componente lectiva** pelo exercício dos **cargos** previstos no Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de Abril).

Portaria n.º 287/2009, D. R. n.º 56, Série I de 2009-03-20, dos Ministérios das Finanças e da Administração Pública e da Educação (define as **categorias de bens e serviços** cujos acordos quadro e **procedimentos de aquisição** são celebrados pelas unidades ministeriais de compras – UMC – do Ministério da Educação): <http://dre.pt/pdf/lsdip/2009/03/05600/0177501777.pdf>

Decreto Regulamentar n.º 1-B/2009, de 5 de Janeiro (fixa o **suplemento remuneratório** a atribuir pelo exercício de cargos de direcção em escolas ou agrupamentos de escolas, bem como prevê a atribuição de um prémio de desempenho pelo exercício de cargos ou funções de **director, subdirector e adjunto** de agrupamento de escolas ou escola não agrupada).

Decreto-Lei n.º 144/2008, 28 de Julho (no uso da autorização legislativa concedida pelas alíneas a) a e) e h) do n.º 1 do artigo 22.º do Orçamento do Estado para 2008, aprovado pela Lei n.º 67-A/2007, de 31 de Dezembro, desenvolve o quadro de **transferência de competências para os municípios** em matéria de educação, de acordo com o previsto no artigo 19.º da Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro).

Portaria n.º 604/2008, de 9 de Julho (define as regras a observar no **procedimento concursal** prévio à **eleição do director**, nos termos do Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de Abril).

Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de Abril (aprova o **regime de autonomia, administração e gestão** dos estabelecimentos públicos da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário).

Portaria n.º 1260/2007, de 26 de Setembro (estabelece os requisitos para a **celebração dos contratos de autonomia** entre as escolas e as respectivas direcções regionais da educação).

Despacho n.º 22696/2006, de 8 de Novembro (**delegação de competências**).

Despacho n.º 23731/2006 (2ª Série), de 19 de Outubro de 2006, publicado no Diário da República n.º 224, de 21 de Novembro (**delega competências** no Presidente do Conselho Executivo).

Of. Circular n.º 27/DREL/2006, de 17 de Abril (relativo ao despacho de **delegação de competências**).

Despacho n.º 9776/2006, de 4 de Maio (**delegação de competências**).

Despacho n.º 978/2006, 2ª série, 4 de Maio, (**delegação de competências**)

Of. Circular n.º 80, DSRH/DREL, 17 de Agosto (sobre o despacho de **delegação de competências**).

Decreto-Lei n.º 299/2007, D.R. n.º 161, Série I de 2007-08-22 (introduz a **segunda alteração ao decreto -lei n.º 387/90**, de 10 de Dezembro).

Decreto -Lei n.º 314/97, D.R. n.º 265, Série I-A de 1997-11-15 (introduz **alterações ao decreto-lei n.º 387/90**, de 10 de Dezembro).

Decreto-Lei n.º 387/90, D.R. n.º 283, série I de 1990-12-10 (define as normas aplicáveis à **denominação dos estabelecimentos de educação e ensino não superior públicos**, bem como à adopção do respectivo símbolo identificativo).

Resolução do Conselho de Ministros, nº 39/2006, de 21 de Abril (programa para a **reestruturação da Administração Central do Estado**).

Despacho Conj. nº 479/2006, de 16 de Junho (regime de acesso aos apoios no âmbito da medida: 3/**PRODEP III** – cursos profissionalmente qualificantes).

Projecto de orçamento (Circ. Nº 1/GGF/2006)

Auto-avaliação e Avaliação Externa

Despacho n.º 4341/2007, de 9 de Março (designa os peritos para integrarem as **equipas de avaliação**, a constituir no âmbito da Inspeção-Geral de Educação, para o ano **2007**).

Despacho conjunto n.º 370/2006, de 3 de Maio (criação de grupo de trabalho com o objectivo de estudar e propor os **modelos de auto-avaliação** e de **avaliação externa** dos estabelecimentos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, e definir os procedimentos e condições necessários à sua generalização).

Lei n.º 31/2002, de 20 de Dezembro (aprova o sistema de avaliação da educação e do ensino não superior, definindo as bases da **auto-avaliação**, de carácter obrigatório, a realizar em cada escola ou agrupamento de escolas, e da **avaliação externa** dos estabelecimentos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário).

Bibliotecas Escolares

Despacho n.º 17670/2009, de 31 de Julho (definir o **número de coordenadores interconcelhios** das bibliotecas escolares e regulamentar a respectiva **actividade**, para o quadriénio **2009/2013**).

Portaria 756/2009, de 14 de Julho (regulamenta a designação de **professores bibliotecários** e de coordenador concelho para as bibliotecas escolares. **Revoga** o despacho interno conjunto nº 3 – I/SEAE/SEE/2002).

Calendário escolar

Despacho n.º 14724/2009, de 1 de Julho (calendário escolar **2009/2010**).

Despacho n.º 2869/2009, de 22 de Janeiro (**alteração ao Desp. n.º 17931/2008**, de 3 de Julho).

Despacho n.º 17931/2008, de 3 de Julho (calendário escolar **2008/2009**).

Despacho n.º 14272/2007, de 5 de Julho (calendário escolar **2007/2008**).

Despacho n.º 15458/2006, de 18 de Julho (calendário escolar **2006/2007**).

Despacho n.º 3762/2006, de 16 de Fevereiro (**correção do Desp. n.º 16350/2005**, de 27 de Julho, publicado no DR., (2ª série), nº 143, de 27 de Julho de 2005).

Despacho n.º 16350/2005, de 18 de Julho (calendário escolar **2005/2006**).

Centros de Formação

Despacho n.º 2609/2009, D.R. nº 13, Série II de 2009-01-20, do Ministério da Educação – Gabinete do Secretário de Estado da Educação (define a **estrutura dos centros** de formação de associações de escolas e a respectiva afectação de recursos humanos e financeiros): <http://dre.pt/pdf2sdip/2009/01/013000000/0291002911.pdf>

Despacho n.º 18039/2008, de 4 de Julho (**constituição dos centros** de formação de associações de escolas. **Revoga** o despacho n.º 108/ME/93, publicado na 2.ª série do *Diário da República* de 29 de Junho de 1993).

Despacho n.º 18038/2008, de 4 de Julho (**funcionamento dos centros** de formação de associações de escolas).

Conselho das Escolas

Declaração de Rectificação n.º 40/2007, de 22 de Maio (**rectifica o decreto regulamentar n.º 32/2007**).

Despacho n.º 9001/2007, de 17 de Maio (determina a data da **primeira eleição** para o **Conselho das Escolas**).

Despacho n.º 9000/2007, de 17 de Maio (nomeia os **membros da comissão eleitoral** para a 1ª eleição para o **Conselho das Escolas**).

Decreto Regulamentar n.º 32/2007, D. R. n.º 63 Série I, de 2007-03-29 (define a **composição** e o modo de **funcionamento** do **Conselho das Escolas** do ministério da Educação).

Educação Especial

Lei n.º 21/2008, de 12 de Maio (**primeira alteração**, por apreciação parlamentar, ao **Decreto-Lei n.º 3/2008**, de 7 de Janeiro).

Rectificação n.º 10/2008, de 7 de Março (**rectifica o Decreto-Lei n.º 3/2008** de 7 de Janeiro, que define os apoios especializados a prestar na educação pré-escolar e nos ensinos básico e secundário dos sectores público, particular e cooperativo).

Despacho n.º 3064/2008, de 7 de Fevereiro (determina a possibilidade de **continuidade do percurso escolar** dos alunos com necessidades educativas especiais de carácter permanente **nas instituições de ensino especial** frequentadas).

Decreto-Lei n.º 3/2008, de 7 de Janeiro (**define os apoios especializados** a prestar na educação pré-escolar e nos ensinos básico e secundário dos sectores público, particular e cooperativo. **Revoga**: o Decreto -Lei n.º 319/91, de 23 de Agosto e o artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 6/2001, de 18 de Janeiro).

Resolução do Conselho de Ministros n.º 120/2006, de 21 de Setembro (aprova o primeiro plano de acção para a integração das pessoas com deficiências ou incapacidade, para os anos 2006 a 2009 - **PAIPDI**).

Decreto-Lei n.º 20/2006, de 31 de Janeiro (**criação do grupo de recrutamento** de Educação Especial).

Decreto -Lei n.º 319/91, de 23 de Agosto (estabelece o regime educativo especial aplicável aos alunos com necessidades educativas especiais) – **revogado**.

Lei de Bases do Sistema Educativo

Portaria n.º 756/2007, de 2 de Julho (**revoga a portaria n.º 18/91**, de 9 de Janeiro).

Lei n.º 49/2005, de 30 de Agosto (segunda **alteração** à lei de bases do sistema educativo).

Lei n.º 115/97, de 19 de Setembro (primeira **alteração** à lei de bases do sistema educativo).

Portaria n.º 18/91, de 9 de Janeiro (regulamenta o n.º 3 do artigo 6 da Lei n.º 46/1986, de 14 de Outubro) - **revogada**.

Lei n.º 46/86, de 14 de Outubro (**aprova** a lei de bases do sistema educativo).

Manuais Escolares

Despacho n.º 16497/2009, de 21 de Julho (determina os termos de fixação e o montante da **remuneração** a atribuir aos membros das **comissões de avaliação** dos manuais escolares a que se refere o artigo 9.º da Lei n.º 47/4006, de 28 de Agosto).

Despacho n.º 15771/2009, de 10 de Julho (Constitui a **comissão de avaliação** e certificação dos manuais escolares da disciplina de **História dos 7.º, 8.º e 9.º** anos de escolaridade).

Despacho n.º 16693/2008, de 19 de Junho (constitui as **comissões de avaliação** e certificação dos manuais escolares para as disciplinas de **Físico-Química e Ciências Naturais dos 7.º, 8.º e 9.º** anos de escolaridade).

Despacho n.º 3063/2008, de 7 de Fevereiro (**Rectifica o Despacho n.º 29865/2007**, de 30 de Novembro, que aprova o calendário das adopções de manuais escolares a partir do ano lectivo de 2008/2009).

Portaria n.º 42/2008, 11 de Janeiro (fixa as **disciplinas e as áreas curriculares** em que **não há lugar à adopção** de manuais escolares **ou** em que esta é meramente **facultativa**).

Despacho n.º 415/2008, de 4 de Janeiro (fixa as condições de **entrada em vigor** do **regime de avaliação e certificação** dos manuais escolares **a partir** do ano lectivo de **2008/2009**).

Portaria n.º 1628/2007, D. R. n.º 250, Série I de 2007-12-28 (define os conceitos e os procedimentos para a adopção formal e divulgação da **adopção dos manuais** escolares a seguir pelos agrupamentos de escolas e pelas escolas não agrupadas) in <http://www.dre.pt/pdf1sdip/2007/12/25000/0911209114.PDF>

Despacho n.º 29865/2007, D. R. n.º 249, II Série de 2007-12-27, Parte C (aprova o **calendário das adopções** de manuais escolares a partir do ano lectivo de **2008-2009**) in <http://www.dre.pt/pdf1sdip/2007/12/249000000/3767737678.pdf>

Despacho n.º 29864/2007, 27 de Dezembro (**regulamenta** os procedimentos de **acreditação** para avaliação dos manuais escolares e de avaliação para certificação).

Portaria n.º 792/2007, de 23 de Julho (define o **regime de preços** convencionados a que fica sujeita a venda de manuais escolares e de outros recursos didáctico - pedagógicos dos ensinos básico e secundário).

Decreto-Lei n.º 261/2007, de 17 de Julho (**regulamenta a Lei n.º 47/2006**, de 28 de Agosto).

Of. Circular n.º 2/ DSEE/2007 (**adopção** de manuais escolares para o ano lectivo de **2007/2008**).

Despacho n.º 18812/2007, de 6 de Agosto (**regulamenta a Lei n.º 47/2006**, de 28 de Agosto, determinando o apoio financeiro aos estabelecimentos de educação pré-escolar da rede pública para aquisição de material didáctico, no ano lectivo de 2007-2008).

Lei n.º 47/2006, 28 de Agosto de 2006 (define o regime de **avaliação, certificação e adopção** dos manuais escolares dos ensinos básico e secundário. **Revoga**: Decreto-Lei n.º 369/90, de 26 de Novembro; a Portaria n.º 186/91, de 4 de Março, na redacção dada pela Portaria n.º 724/91, de 24 de Julho).

Parecer n.º 2/2006, 2ª série, 16 de Março (anteprojecto de **proposta de lei** relativo ao sistema de avaliação de manuais).

Matrículas/Transferências de Alunos/Constituição de Turmas

Despacho n.º 15059/2009, de 3 de Julho (**altera o despacho n.º 13170/2009** - matrículas e renovação de matrículas).

Of. Circular n.º 6/DSDC/DES/2009, de 30 de Junho (**matrículas** no 12º ano - **alunos** dos planos dos **Dec.-Lei n.º 272/2007**, de 26 de Julho, e **Dec.-Lei n.º 74/2004**, de 26 de Março).

Despacho n.º 13170/2009, de 4 de Junho de 2009 (**altera o despacho n.º 14026/2007** - matrículas/transferências de alunos/constituição de turmas. São **revogados**: o n.º 3.13 do despacho n.º 14 026/2007, o despacho n.º 6568/2004 e o despacho n.º 8493/2004).

Of. Circular n.º 11 /DSAPOE, de 28 de Abril de **2008** (projecto de constituição de **turmas** com aplicação de percurso **curricular alternativo** no âmbito do Despacho Normativo n.º 1/2006, de 6 de Janeiro).

Rectificação n.º 1258/2007, de 13 de Agosto de 2007 (**rectifica o despacho n.º 14026/2007** - matrículas/transferências de alunos/constituição de turmas).

Despacho n.º 14026/2007, de 3 de Julho de 2007 (**matrículas/transferências de alunos/constituição de turmas**) - **revogado o n.º 3.13**.

Of. Circular n.º 42, 2007/11/09, DSAPOE (**matrícula dos alunos** dos cursos tecnológicos do **Dec.-lei n.º 286/89**, de 29 de Agosto, nos novos programas – componente de formação específica)

Of. Circular n.º 26, 2007/DRELVT- Gabinete da Direcção, de 28 de Maio (regulamentação do acto de matrícula / renovação de matrícula em Estabelecimentos de Ensino Público).

Of. Circular n.º 50, 2006/08/11, DSP/DREL (**matrículas/transferências de alunos/constituição de turmas**. Faz referência ao Despacho n.º 13765/2004, de 13 de Julho).

Despacho n.º 13468/2006 (2ª série), de 27 de Junho (**simplificação** do processo de **matrícula/renovação** de matrícula).

Despacho n.º 7505/2006 (2ª série), 4 de Abril (**normas e procedimentos** de matrícula).

Of. Circular n.º 60/DSP/GAB:SEC, de **2005/11/23** (**matrículas - alunos** com planos de estudo do **Dec. Lei n.º 286/89** com disciplinas em atraso).

Despacho n.º 16068/2005, de 22 de Julho (matrículas/transferências de alunos/constituição de turmas) - **revogado**.

Despacho n.º 13765/2004, de 13 de Julho (matrículas/transferências de alunos/constituição de turmas) - **revogado**.

Despacho n.º 373/2002, de 23 de Abril (matrículas/transferências de alunos/constituição de turmas) - **revogado**.

Ministério da Educação - Orgânica

▫ Lei orgânica

Decreto-Lei n.º 164/2008, de 8 de Agosto (primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 213/2006, de 27 de Outubro, que aprova a Lei Orgânica do Ministério da Educação).

Decreto-Lei n.º 213/2006, de 27 de Outubro (aprova a lei orgânica do Ministério da Educação e revogou o Decreto-Lei n.º 208/2002, de 17 de Outubro)- **revogado o n.º 3 do artigo 11.º**.

▫ Estruturas

Portaria n.º 52/2009, de 20 de Janeiro (altera a portaria n.º 356/2007, de 30 de Março, que estabelece a estrutura nuclear do gabinete de estatística e planeamento da educação e as competências das respectivas unidades orgânicas).

Decreto Regulamentar n.º 15/2008, de 8 de Agosto (primeira alteração ao Decreto Regulamentar n.º 25/2007, de 29 de Março, que aprova a orgânica do Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação).

Despacho n.º 32547/2008, de 22 de Dezembro (criação da Unidade de Apoio à Gestão Escolar -UAGE).

Decreto-Lei n.º 276-C/2007, de 31 de Julho (aprova a orgânica da ANQ - Agência Nacional para a Qualificação).

Decreto Regulamentar n.º 81-B/2007, de 31 de Julho (aprova a estrutura orgânica da IGE – Inspeção-Geral da Educação).

Portarias n.º 356 a 388/2007, D. R. n.º 64, Série I de 2007-03-30 (define a estrutura das unidades orgânicas dos diversos serviços do ME).

Decreto-Lei n.º 88/2007, de 29 de Março (aprova a orgânica do MISI - Gabinete Coordenador do Sistema de Informação).

Decreto regulamentar n.º 31/2007, de 29 de Março (aprova a estrutura orgânica das direcções regionais de Educação).

Decreto Regulamentar n.º 30/2007, de 29 de Março (aprova a estrutura orgânica do GAVE).

Decreto Regulamentar n.º 29/2007, de 29 de Março (aprova a estrutura orgânica da DGIDC).

Decreto Regulamentar n.º 28/2007, de 29 de Março (aprova a estrutura orgânica da DGRHE).

Decreto Regulamentar n.º 26/2007, de 29 de Março (aprova a estrutura orgânica da Secretaria-Geral).

Decreto Regulamentar n.º 25/2007, de 29 de Março (aprova a estrutura orgânica do GEPE).

Organização do ano lectivo

Despacho n.º 32047/2008, de 16 de Dezembro (altera o artigo 8.º do despacho n.º 13599/2006, que determina a organização do ano lectivo de 2008-2009).

Despacho n.º 19117/2008, de 17 de Julho (altera o despacho n.º 13599/2006 - estabelece as regras e os princípios orientadores que regem a organização do ano lectivo).

Despacho n.º 17860/2007, D. R. n.º 155, Série II de 2007-08-13, Parte C (altera o despacho n.º 13599/2006 – organiza o ano lectivo de 2007- e são revogados: os n.ºs 2 do artigo 4.º, 4 e 5 do artigo 9.º e 2 a 7 do artigo 13.º).

Despacho n.º 13599/2006, de 28 de Junho (estabelece as regras e os princípios orientadores que regem a organização do ano lectivo. **Revoga:** o despacho n.º 17387/2005 e os n.ºs 2 e 4 do despacho interno conjunto n.º 3-I/SEAE/SEE/2002) – **revogados:** os n.ºs 2 do artigo 4.º, 4 e 5 do artigo 9.º e 2 a 7 do artigo 13.º

Despacho n.º 17387/2005, 2ª série, de 12 de Agosto (organização do horário semanal e das actividades educativas) - **revogado**.

Despacho n.º 13781/2001, 2ª série, de 3 de Junho (tabela de transição das aulas de 50 para 90m - 2º e 3º ciclos).

Pais e Encarregados de Educação

Lei n.º 29/2006, de 4 de Junho (**segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 372/90** - regime de constituição, direitos e deveres das associações de pais e encarregados de educação).

Decreto-Lei n.º 80/99. DR 63/99 SÉRIE I-A, de 16 de Março (**altera o Decreto-Lei n.º 372/90** - regime de constituição, os direitos e os deveres das associações de pais e encarregados de educação).

Decreto-Lei n.º 372/90. DR 274/90 SÉRIE I, de 27 de Novembro (disciplina o **regime de constituição, os direitos e os deveres** a que ficam subordinadas as associações de pais e encarregados de educação. **Revoga** a Lei n.º 7/77, de 1 de Fevereiro).

Parque Escolar

Decreto-Lei n.º 83/2009, de 2 de Abril (procede à **primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 41/2007**, de 21 de Fevereiro).

Despacho n.º 5395/2009, de 17 de Fevereiro (**aprova a lista de investimentos** considerados **prioritários** que respeitam às escolas identificadas no anexo I ao presente despacho).

Decreto-Lei n.º 34/2009, de 6 de Fevereiro (**estabelece medidas excepcionais de contratação pública**, a vigorar em 2009 e 2010, destinadas à rápida **execução dos projectos** de investimento público considerados prioritários).

Decreto-Lei n.º 25/2008, de 20 de Fevereiro (aprova a **prorrogação** da vigência do **regime excepcional de contratação pública de empreitadas de obras e de aquisição ou locação de bens e serviços** destinados à execução do Programa de Modernização do Parque Escolar Destinado ao Ensino Secundário pela Parque Escolar, E. P. E.).

Decreto-Lei n.º 41/2007, D.R. n.º 37, Série I de 2007-02-21 (**cria o parque E.P.E.** – entidade pública empresarial – e **aprova** os respectivos estatutos).

Resolução n.º 8-A/2007, D.R. n.º 45, Série II, 4.º Suplemento de 2007-03-05, Parte C (nomeia os membros do **Conselho de Administração** da Parque Escolar, E. P. E.).

Despacho n.º 8966/2007, D.R. n.º 95, Série II de 2007-05-17 (classifica a Parque Escolar, **E.P.E.**).

Resolução do Conselho de Ministros n.º 1/2007, de 3 de Janeiro (**aprovação do programa** de modernização do parque escolar do ensino secundário).

Despacho n.º 7503/2006, de 4 de Abril (**criação de grupo de trabalho** para a modernização das escolas secundárias de Lisboa e do Porto).

Plano de Acção da Matemática - PAM

Of. Circular n.º 29/2007/DIR, de 21 de Junho (Planos da Matemática - elaboração dos **horários dos professores** da comissão de acompanhamento, dos professores **acompanhantes** e dos professores **coordenadores** dos planos da Matemática - ano Lectivo **2007/2008**).

Of. Circular n.º 5/2007/DIR, de 7 de Fevereiro (plano de acção para a matemática - **Gestão do crédito horário** previsto no contrato-programa).

Plano Nacional de Leitura - PNL

Resolução do Conselho de Ministros n.º 86/2006, de 12 de Julho (**aprova** o Plano Nacional de Leitura e **cria** a respectiva comissão).

Despacho Conjunto n.º 1081/2005, de 22 de Dezembro (**cria a equipa de coordenação** do Plano Nacional de Leitura).

Plano Tecnológico da Educação

Resolução do Conselho de Ministros n.º 35/2009, de 11 de Maio (autoriza a realização da **despesa com a aquisição**, no âmbito da construção do Sistema de Informação da Educação, **de serviços de consultoria** de tecnologias de informação para o Sistema de Informação da Educação, de serviços de desenvolvimento de sistemas de informação e de serviços de suporte técnico e gestão operacional).

Portaria n.º 955/2008, de 16 de Dezembro (determina os **encargos orçamentais** decorrentes da assinatura do contrato de aquisição dos serviços e bens necessários ao fornecimento, instalação e manutenção de **quadros interactivos** nas escolas públicas com 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e com ensino secundário)

Portaria n.º 954/2008, 16 de Dezembro (determina os **encargos orçamentais** decorrentes da assinatura do contrato de aquisição dos serviços e bens necessários ao fornecimento, instalação e manutenção de **videoprojectores** nas escolas públicas com 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e com ensino secundário).

Portaria n.º 732/2008, 11 de Agosto (**encargos orçamentais** - instalação, manutenção, suporte, operação e gestão de **redes** locais para escolas públicas com 2.º e 3.º ciclos do ensino básico público e ensino secundário).

Portaria n.º 731/2008, 11 de Agosto (**encargos orçamentais** do **cartão electrónico** do aluno).

Portaria n.º 730/2008, 11 de Agosto (**encargos orçamentais** do centro de **apoio tecnológico** às escolas).

Resolução do Conselho de Ministros n.º 51/2008, 19 de Março (visa permitir que os alunos dos 11.º e 12.º anos do ensino secundário possam, durante o corrente ano lectivo, aderir ao **programa e-escola**, criando-se ainda um regime especificamente dirigido a beneficiários da iniciativa com necessidades educativas especiais de carácter permanente, garantindo-lhes o acesso a computadores adaptados, sem quaisquer encargos adicionais).

Portaria n.º 204/2008, 21 de Fevereiro (determina que os **encargos orçamentais** decorrentes das ligações à **Internet** em **banda larga** sejam assumidos nos anos de **2008 a 2010**).

Despacho n.º 1199/2008, de 10 de Janeiro (autorização de **prestação de serviços** no âmbito do Plano Tecnológico).

Despacho n.º 143/2008, de 3 de Janeiro (aprova o **modelo orgânico e operacional** relativo à **execução**, no âmbito do Ministério da Educação, do Plano Tecnológico da Educação).

Despacho n.º 145/2008, de 3 de Janeiro (cria o **escalão especial** do ensino secundário, que define o valor de capitação até ao qual o aluno deve ser enquadrado no escalão especial de apoio ao programa de **acesso aos computadores** pessoais e à banda larga e no escalão especial de acesso à **bolsa de mérito** do ensino secundário).

Decreto-Lei n.º 379/2007, 12 de Novembro (estabelece um regime excepcional para o procedimento de **contratação** com vista à **aquisição de serviços** destinados ao desenvolvimento das experiências piloto em execução e cumprimento dos objectivos do Plano Tecnológico da Educação).

Resolução do Conselho de Ministros n.º 137/2007, D. R. n.º 180, Série I de 2007-09-18 (**aprova** o Plano Tecnológico da Educação).

Promoção da Educação para a Saúde – PES

Despacho n.º 2506/2007, de 20 de Fevereiro (adopção de medidas que visam a promoção da saúde da população escolar e **nomeação** em cada agrupamento escola do **coordenador** de educação para a saúde).

Of. Circular n.º 69/DSP/DREL, de 20/10/06 (promoção e educação para a saúde: **nomeação de um coordenador**)

Despacho n.º 25 995/2005, de 16 de Dezembro (**princípios orientadores do modelo** para a promoção da saúde em meio escolar).

Despacho n.º 25 994/2005, II série, de 25 de Novembro, in DR., II, n.º 240, de 16 de Dezembro (o PE deve contemplar as **temáticas**: alimentação e actividade física; consumo de substâncias psicoactivas; sexualidade; infecções sexualmente transmissíveis; violência em meio escolar).

Despacho n.º 19737/2005, 2ª série, de 15 de Junho, in DR., II, n.º 176, de 13 de Setembro (**criação do grupo de trabalho** de educação para a saúde).

Rede Escolar

Despacho n.º 14759/2008, de 28 de Maio (cria a **equipa** de projecto para o **reordenamento e requalificação** da rede escolar).

Portaria n.º 127-A/2007, D.R. n.º 18, Série I, Suplemento de 2007-01-25, (estabelece o **ajustamento anual** da rede escolar com a consequente criação, extinção e transformação de escolas).

Portaria n.º 1329/2005, de 29 de Dezembro (estabelece o ajustamento anual da **rede escolar para 2005-2006**, com a consequente criação, extinção e transformação de escolas).

Segurança Escolar

Decreto-Lei n.º 117/2009, de 18 de Maio (**cria o gabinete coordenador de segurança escolar** como estrutura integrada no âmbito do Ministério da Educação, dotada de autonomia administrativa. **Revoga**: o n.º 3 do artigo 11.º do Decreto -Lei n.º 213/2006, de 27 de Outubro; o n.º 2 do artigo 2.º e o artigo 11.º do Decreto Regulamentar n.º 26/2007, de 29 de Março e o despacho n.º 222/2007, de 5 de Janeiro).

Despacho n.º 3874/2007, de 2 de Março (**constitui a equipa de missão** para a segurança escolar).

Of. Circular n.º 8/2007/DIR, de 23 de Fevereiro (**responsável pela área da segurança escolar**).

Despacho n.º 222/2007, D.R., n.º 4 Série II, de 5 de Janeiro (cria uma equipa de missão para a segurança escolar)- **revogado**.

Despacho n.º 25650/2006, de 19 de Dezembro (**aprova o regulamento** do programa **escola segura**).

Of. Circular. n.º 58/2006 - Programa **escola segura** – Despacho Conjunto n.º 105-A/2005 de 19 de Janeiro.

Of. Circular n.º 35, de 15/05/06, Direcção/Gabinete de Segurança, DREL (programa **escola segura**).

Of. Circular n.º 8, Direcção/Gabinete de Segurança, de 18/01/2006 (programa **escola segura: orientações**).

Of. Circular n.º 79/2006 - **encerramento** de escolas a **cadeado**.

Of. Circular n.º 60/2006 - controlo de **acessos**.

Of. Circular n.º 9/2006 – **Carnaval**.

Equipamentos Desportivos/Balizas

Portaria n.º 1049/2004, de 19 de Agosto (fixa **normas** relativamente às **condições técnicas e de segurança** a observar na concepção, instalação e manutenção das **balizas** de futebol, de andebol, de hóquei e de pólo aquático e dos equipamentos de basquetebol existentes nas instalações desportivas de uso público).

Decreto-Lei n.º 82/2004, de 14 de Abril (**altera o regulamento das condições técnicas e de segurança** a observar na concepção, instalação e manutenção das balizas de Futebol, de Andebol, de Hóquei e Pólo Aquático e dos equipamentos de Basquetebol existentes nas instalações desportivas de uso público, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 100/2003).

Decreto-Lei n.º 100/2003 de 23 de Maio (**aprova o regulamento das condições técnicas e de segurança** a observar na concepção, instalação e manutenção das balizas de Futebol, de Andebol, de Hóquei e Pólo Aquático e dos equipamentos de Basquetebol existentes nas instalações desportivas de uso público).

Of. Circular n.º 33/2005 - segurança dos **equipamentos desportivos**

Of. Circular n.º 6/2005 - segurança dos **equipamentos desportivos**

Of. Circular n.º 4/2005 - segurança dos **equipamentos desportivos**

Sistema de Informação do Ministério da Educação - MISI

Telecópia n.º.s/n/DREL (ASE, Refeitórios e Bufetes- **Recolha de dados por via electrónica**).

Of. Misi, de 27 de Junho, de 2006 (**esclarecimento** relativo a Relatório).

Of. Circular MISI – 02/2006, de 21 de Junho, (consultar <http://www.misi.min-edu.pt>)

Relatório Misi, de 19 de Junho de 2006 (consultar <http://www.misi.min-edu.pt>).

Despacho n.º 7504/2006, de 4 de Abril de 2006 (**exportação**, através da Internet, **de dados** financeiros e de recursos humanos pelas unidades orgânicas (agrupamentos e estabelecimentos de ensino que requisitam fundos) para o Ministério da Educação - MISI).

Of. Circ. Misi – 01/2006, de 19 de Janeiro (**instalação de aplicações informáticas** que permitam exportação de dados para o GGF, GIASE e DGRHE).

Despacho n.º 26377/2005 (2ª série), de 21 de Dezembro (**envio** informático de elementos de **informação** sobre aspectos financeiros e de recursos humanos através da **aquisição** das respectivas **aplicações informáticas** - MISI).

Tecnologias de Informação e Comunicação - TIC

Portaria n.º 731/2009, de 7 de Julho (cria o sistema de **formação** e de **certificação em Competências TIC** para **docentes** em exercício de funções).

Despacho n.º 26691/2005 (2ª série), de 30 de Novembro, publicado no DR, II, n.º 247, de 27 de Dezembro (cria e regulamenta o **coordenador TIC** e respectivo crédito horário nas escolas).

Despacho n.º 16793/2005, de 3 de Agosto (criação da **equipa de missão** computadores, redes e internet nas escolas).

Despacho n.º 14637/2005 (2ª série), de 4 de Julho (identificação e suprimento das **necessidades residuais** de **peçoal docente** para a disciplina de **TIC**).

Territórios Educativos de Intervenção Prioritária- TEIP

Portaria n.º 365/2009, de 7 de Abril (regula o procedimento concursal de **recrutamento do pessoal docente** da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário para os quadros dos agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas legalmente definidos como prioritários).

Despacho n.º 8065/2009, de 20 de Março (**identifica** as escolas que se devem considerar **escolas prioritárias** para efeitos de atribuição de recursos no âmbito dos diversos projectos do Ministério).

Despacho normativo n.º 55/2008, de 23 de Outubro (define **normas orientadoras para a constituição de territórios educativos de intervenção prioritária** de segunda geração).

Outros

Livro de **Reclamações**.

Portaria n.º 835/2009, de 31 de Julho (cria a **Escola Móvel**, na dependência orgânica da Direcção-Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular (DGIDC).

Lei n.º 37/2007, de 14 de Agosto (lei sobre consumo de **tabaco**).

Relatório n.º 2/2006, (2ª série), de 31 de Maio, (relatório relativo ao ano de 2005 do **CNE**).

Decreto-Lei n.º 14/2006, de 20 de Janeiro (regulamenta o consumo de tabaco - **proibição de fumar** em locais como os estabelecimentos).

CURRÍCULO

Ensino Básico

Despacho normativo n.º 28/2008, de 27 de Maio (determina que o **exame de Português língua não materna**, 3.º ciclo do ensino básico, passe a ter a duração de cento e vinte minutos).

Of. Circular n.º 11 /DSAPOE, de 28 de Abril de **2008** (projecto de constituição de **turmas** com aplicação de **percurso curricular alternativo** no âmbito do Despacho Normativo n.º 1/2006, de 6 de Janeiro).

Of. Circular n.º 43/2007/DSAPOE, de 21 de Dezembro (**área de projecto no 8º ano**, no âmbito do **regime articulado** do ensino especializado da música).

Of. Circular n.º 58, de 14 de Novembro de **2007** (aos alunos que se encontram a frequentar o 8º ano deve ser atribuído um tempo lectivo (90 minutos), integrado preferencialmente no espaço/tempo destinado à **Área de Projecto**, destinado à utilização das **Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC)**. Os alunos que frequentam o ensino especializado da Música, em regime articulado, continuam a usufruir da Área de Projecto no contexto da sua formação artística e na escola especializada de ensino artístico, tal como está previsto na Portaria n.º 1550/2002).

Despacho n.º 16149/2007, de 27 de Junho (Tecnologias da Informação e da Comunicação (**TIC**) no **8.º ano**. Visa desenvolver a formação em Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC) no 8.º ano de escolaridade).

Of. Circular n.º 27/2007/DSAPOE, de 30 de Maio (**esclarecimento** relativo ao **Despacho Normativo n.º 7/2006**, de 6 de Fevereiro - Português Língua Não Materna).

Of. Circular n.º 23/DSEE/DES/07, 22/05/07 (**esclarecimento** relativo ao **Despacho Normativo n.º 7/2006**, de 6 de Fevereiro - Português Língua não Materna).

Despacho Normativo n.º 5/2007, de 10 de Janeiro (determina a **não obrigatoriedade** de realização de **provas globais**. **Altera o Despacho Normativo n.º 1/2005**, de 5 de Janeiro, com as alterações introduzidas pelo Despacho Normativo n.º 18/2006, de 14 de Março).

Of. Circular n.º 55/DSEE/06, de 19/12/06 (**Português língua não materna**—avaliação sumativa interna no 1.º período).

Declaração de Rectificação n.º 25/2006 (rectifica o **Despacho Normativo n.º 18/2006**, que altera o Despacho Normativo n.º 1/2005, de 5 de Janeiro).

Despacho Normativo n.º 18/2006, de 14 de Março (altera o **Despacho Normativo n.º 1/2005**, de 5 de Janeiro).

Circular n.º 7/2006, de 15 de Fevereiro (**esclarecimentos** sobre o **Despacho Normativo n.º 50/2005**, de 8 de Novembro, sobre o **Despacho Normativo n.º 1/2005**, de 5 de Janeiro, o **Despacho Normativo n.º 15/2005** (revogado), de 28 de Fevereiro e o **Despacho n.º 5537/2005**, de 15 de Março).

Despacho Normativo n.º 7/2006, de 6 de Fevereiro (ensino da **língua portuguesa como língua não materna**).

Despacho Normativo n.º 1/2006, de 6 de Janeiro (regulamento para a constituição, funcionamento e avaliação das turmas com **percursos curriculares alternativos**).

Portaria n.º 476/2007, D. R. 76, Série I de 2007-04-18 (altera a **Portaria n.º 1488/2004**, de 24 de Dezembro—**TLEBS**.
Revoga: os n.ºs 4.º e 5.º da Portaria n.º 1147/2005, de 8 de Novembro).

Despacho Normativo n.º 50/2005, de 9 de Novembro (implementação, acompanhamento e avaliação dos **planos de recuperação, acompanhamento e desenvolvimento** como estratégia de intervenção tendo em vista o sucesso educativo dos alunos).

Despacho n.º 1438/2005, de 21 de Janeiro (**apoio educativo**).

Despacho Normativo n.º 1/2005, de 5 de Janeiro (estabelece os princípios e os procedimentos a observar na **avaliação das aprendizagens e competências** aos alunos dos três ciclos do ensino básico).

Portaria n.º 1488/2004, de 24 de Dezembro (adopta, a título de experiência pedagógica, a terminologia linguística para os ensinos básico e secundário —**TLEBS**).

Decreto-Lei n.º 209/2002, de 17 de Outubro (altera o artigo 13.º e os anexos I, II e III do **Decreto Lei n.º 6/2001**, de 18 de Janeiro).

Decreto-Lei n.º 6/2001, de 18 de Janeiro (aprova a **organização curricular do ensino básico**, estabelecendo os princípios orientadores da organização e da gestão curricular desse nível de ensino, bem como da **avaliação das aprendizagens** e do processo de **desenvolvimento do currículo nacional**)- **revogado o artigo 10º**.

Despacho n.º 43/SERE/90, de 29 de Junho (obrigatoriedade de utilização de **caderneta** pelos alunos nos 2º e 3º ciclos).

Currículo Nacional do Ensino Básico - Competências Essenciais - http://sitio.dgidec.min-edu.pt/recursos/Lists/Repositorio%20Recursos/2/Attachments/84/Curriculo_Nacional.pdf

Ensino Secundário

Dec-Lei n.º 4/2008, de 7 de Janeiro (altera o **Dec.-Lei n.º 74/2004** - introduz alterações nos **cursos artísticos especializados** de nível secundário de educação, **excluindo o ensino recorrente de adultos**, e suspende a revisão curricular do ensino secundário aprovada pelo Decreto-Lei n.º 74/2004, de 26 de Março, nas componentes de formação científica e técnico-artística, relativamente aos cursos artísticos especializados de Dança, Música e Teatro).

Declaração de Rectificação n.º 84/2007, D. R. n.º 183, Série I de 2007-09-21 (**rectifica o Dec.-Lei n.º 272/2007**, de 26 de Julho, do ME, que aprova a segunda alteração ao Dec.-Lei n.º 74/2004, de 26 de Março, estabelecendo novas matrizes para os currículos de cursos científico-humanísticos do ensino secundário, publicado no D. R., I série, n.º 143, de 26 de Julho de 2007).

Dec-Lei n.º 272/2007, de 26 de Julho (segunda alteração ao **Dec.-Lei n.º 74/2004** - estabelece novas **matrizes** para os currículos dos cursos **científico-humanísticos**).

Declaração de Rectificação n.º 23/2006, de 7 de Abril (**rectifica o Dec.-Lei n.º 24/2006**, de 6 de Fevereiro).

Dec.Lei n.º 24/2006, de 6 de Fevereiro (altera o **Dec.-Lei n.º 74/2004** - elimina a **avaliação sumativa externa** nos cursos tecnológicos, profissionais, artísticos especializados qualificantes e do ensino recorrente).

Declaração de rectificação n.º 44/2004, de 25 de Maio (**rectifica o Dec.-Lei n.º 74/2004**).

Dec.-Lei n.º 74/2004, de 26 de Março (estabelece os princípios orientadores da **organização** e da **gestão do currículo**, bem como da **avaliação** das aprendizagens referentes ao nível **secundário** de educação).

▫ Cursos científico-humanísticos

Of. Circular n.º 2/DREL/DSP/GAB. SEG., de 09-10-2007 (programa de **Língua Estrangeira FR./INGL.** – disciplina bial da componente de formação **específica**).

Portaria n.º 1322/2007, D. R. n.º 192, Série I de 2007-10-04 (altera a **Portaria n.º 550-D/2004**, de 21 de Maio que aprova o regime de organização, funcionamento e avaliação dos cursos científico-humanísticos de nível secundário de educação). www.dre.pt/pdf/sdip/2007/10/19200/0710707123.PDF

Declaração de Rectificação n.º 84/2007, D. R. n.º 183, Série I de 2007-09-21 (**rectifica o Dec.-Lei n.º 272/2007**, de 26 de Julho, que aprova a segunda alteração ao Dec.-Lei n.º 74/2004, de 26 de Março, estabelecendo novas matrizes para os currículos de cursos científico-humanísticos do ensino secundário, publicado no D. R., I série, n.º 143, de 26 de Julho de 2007).

Dec-Lei n.º 272/2007, de 26 de Julho (segunda alteração ao **Dec.-Lei n.º 74/2004** - estabelece novas **matrizes** para os currículos dos cursos **científico-humanísticos**).

Despacho Norm. n.º 30/2007, D. R. n.º 154, Série II de 2007-08-10, Parte C (princípios de actuação e normas orientadoras para a implementação, o acompanhamento e a avaliação das actividades curriculares e de enriquecimento a desenvolver pelas escolas e agrupamentos de escolas no domínio do ensino do **Português língua não materna**, aplicando-se aos alunos dos **cursos científico-humanísticos** e dos cursos tecnológicos do ensino secundário inseridos no sistema educativo nacional cuja língua materna não seja o português).

Portaria n.º 673/2007, D.R. n.º 107, Série I de 2007-06-04 (altera o tipo de prova a efectuar no **exame final nacional** da disciplina de **Aplicações Informáticas B**, constante do anexo II à Portaria n.º 259/2006, de 14 de Março, e do quadro VII do anexo III ao despacho normativo n.º 14/2007, de 8 de Março).

Of. Circular n.º 2/2007/DSP, de 9 de Janeiro (programas de **Língua Estrangeira / Francês e Inglês** - Disciplina bial da componente de formação **específica**).

Of. Circular n.º 01/DSP/GAB.SEG./DREL, de 9 de Janeiro (cumprimento dos programas de Física e Química A – 10º e 11º ou 11º e 12º anos – Física – 12º ano e Química – 12º ano - **Exames nacionais**).

Of. Circular n.º 56/DSEE/DES/2006, de Dezembro (programas de Língua Estrangeira/Francês e Inglês – disciplina bienal da componente de formação **específica**).

Of. Circular n.º 73/DSP/GAB. SEC./DREL, de 6 de Novembro de **2006** (**alterações do percurso** escolar dos alunos dos Cursos Científico – Humanísticos).

Of. Circular n.º 68, DSR/GAB.SEC./DREL, de 23 de Outubro (regime de **precedências** das disciplinas anuais do 12º ano dos **Cursos Científico – Humanísticos**).

Of. Circular n.º 43/DSEE/DES/2006, de 4 de Outubro (regime de **precedências** das disciplinas Anuais do 12.º Ano dos Cursos Científico-humanísticos).

Of. Circular n.º 53, de 2006/08/17, DSP/GAB. SEG./DREL (orientações para a leccionação de **Filosofia, 10º e 11º anos**).

Orientações da área de projecto dos cursos de CCH/projecto tecnológico dos CT, 12º ano, homologado em 09/08/2006 (consultar na página da DGIDC).

Portaria n.º 259/2006, de 14 de Março (**altera a Portaria n.º 550 – D/2004**, de 21 de Maio, no que respeita às disciplinas sujeitas a **exames nacionais**).

Of. Circular n.º 2/DSEE/DES/06, 11/01/2006 (programa de **Inglês de 12º - Leitura extensiva**).

Portaria n.º 550-D/2004, de 21 de Maio (**organização, funcionamento e avaliação** dos cursos científico-humanísticos de nível secundário)

▫ **Cursos artísticos – artes visuais**

Portaria n.º 648/2009, de 9 de Junho (terceira **alteração à Portaria n.º 550-B/2004**).

Portaria n.º 414/2008, de 9 de Junho (segunda **alteração à Portaria n.º 550-B/2004** - determina a aplicação do disposto nos n.ºs 3.2, 20.6 e 20.7 do regulamento dos **exames** do ensino secundário, aprovado pelo despacho normativo n.º 19/2008, de 19 de Março, aos cursos artísticos).

Portaria n.º 780/2006, de 9 de Agosto (primeira **alteração à Portaria n.º 550-B/2004**, de 21 de Maio).

Portaria n.º 554/2004, de 22 de Maio (cria na área das artes visuais, os cursos de **Design de Comunicação, Design de Produto e Produção Artística** e na área dos Audiovisuais o curso de Comunicação Audiovisual e aprova os respectivos planos de estudo).

Portaria n.º 550-B/2004, de 21 de Maio (aprova o regime de **organização, funcionamento e avaliação** dos **cursos artísticos** de nível secundário de educação, nos **domínios das artes visuais** e dos áudio-visuais, ministrados em estabelecimentos de ensino público, particular e cooperativo).

▫ **Cursos tecnológicos**

Portaria n.º 207/2008, de 25 de Fevereiro (segunda **alteração à Portaria n.º 550-A/2004**, de 21 de Maio).

Despacho Norm. n.º 30/2007, D. R. n.º 154, Série II de 2007-08-10, Parte C (princípios de actuação e normas orientadoras para a implementação, o acompanhamento e a avaliação das actividades curriculares e de enriquecimento a desenvolver pelas escolas e agrupamentos de escolas no domínio do ensino do **Português língua não materna**, aplicando-se aos alunos dos cursos científico-humanísticos e dos **cursos tecnológicos** do ensino secundário inseridos no sistema educativo nacional cuja língua materna não seja o português).

Orientações da área de projecto dos cursos de CCH/projecto tecnológico dos CT, 12º ano, homologado em 09/08/2006 (consultar na página da DGIDC).

Portaria n.º 260/2006, de 14 de Março (avaliação nos cursos tecnológicos - **altera a Portaria n.º 550–A/2004**, de 21 de Maio).

Of. Circular n.º 11/DSP/GAB. SEC./DREL, de 2006/01/25 (cursos tecnológicos - **área tecnológica integrada**).

Of. Circ n.º 52/DSEE/DES/2005, de 22 de Novembro (esclarecimentos sobre a **Área Tecnológica Integrada, Especificação, Projecto Tecnológico e Estágio**).

Of. Circular n.º 14/DSEE/DES/DGIDC, de 28-04-2005 (operacionalização dos cursos tecnológicos—**guia de operacionalização**).

Portaria n.º 550-A/2004, de 21 de Maio (**organização, funcionamento e avaliação** dos cursos tecnológicos de nível secundário).

▫ **Cursos profissionais**

Despacho n.º 27545/2008, 28 de Outubro (aprova o **regulamento** do programa de **estágios TIC**. Aplica -se à Formação em Contexto de Trabalho a realizar em grandes empresas da economia do conhecimento, ao abrigo de protocolos de parceria no âmbito do Programa de Estágios TIC, regulando o processo conducente à selecção dos alunos para frequência dos estágios aí previstos).

Portaria n.º 995/2007, D. R. n.º 165, Série I de 2007-08-28 (**altera a Portaria n.º 909/2005**, de 2 de Setembro, que cria o curso profissional de Técnico de Comércio).

Portaria n.º 996/2007, D. R. n.º 165, Série I de 2007-08-28 (**altera a Portaria n.º 904/2005**, de 26 de Setembro, que cria o curso profissional de Técnico de Vendas).

Portaria n.º 228 a 233/2007, D. R. n.º 45, Série I de 2007-03-05 (criam **novos cursos** profissionais).

Declaração de Rectificação n.º 17/2007, D. R. n.º 45, Série I de 2007-03-05 (de ter sido **rectificada a Portaria n.º 49/2007**, que define as regras a que deve obedecer o funcionamento público dos **cursos profissionais** de nível secundário, publicada no D. R., II série, n.º 5. De 8 de Janeiro de 2007).

Portaria n.º 49/2007, D.R. n.º 5, Série I de 2007-01-08 (define as regras a que deve obedecer o **financiamento** público dos **cursos profissionais**).

Portaria n.º 797/2006, de 10 de Agosto (**altera a Portaria 550 – C/2004**, de 21 de Maio).

Despacho n.º 14758/2004, de 23 de Julho (define o **funcionamento dos cursos** profissionais nas escolas secundárias públicas).

Portaria n.º 550-C/2004, de 21 de Maio (**organização, funcionamento, avaliação** e certificação das aprendizagens dos cursos profissionais).

▫ **Cursos de ensino recorrente**

Portaria n.º 781/2006, de 9 de Agosto (**altera a Portaria n.º 550-E/2004**, de 21 de Maio).

Portaria n.º 550-E/2004, de 21 de Maio (regulamenta o **Ensino Recorrente**. Publica o regime de organização administrativa, pedagógica, funcionamento e o regime de organização e de avaliação dos cursos de **ensino recorrente** de nível secundário).

▫ **Cursos em extinção**

Of. Circular n.º 1/2009/EMNOP, de 23 de Janeiro (**conclusão de cursos profissionais** extintos no âmbito da revisão curricular ao abrigo do Dec.-Lei n.º 74/2004, de 26 de Março).

Of. Circular n.º 63, DSP/GAB. SEC./DREL, de 02 de Outubro de **2006** (**transição entre** os **planos** de estudos instituídos ao abrigo do DL n.º 286/89 e os planos de estudo constantes do DL. n.º 74/2004, na disciplina de **Educação Física**).

Of. Circular n.º 11/DSEE/DES/2006, 21/04/2006, DGIDC (estão **concluídas** as disciplinas bienais da componente de formação específica dos alunos que transitaram para os planos do Dec. Lei n.º 74/2004, de 26 de Março, tendo concluído as **disciplinas afins** do Dec. Lei n.º 286/89, de 29 de Agosto).

Despacho n.º 11305/2006, de 24 de Maio (**disciplinas afins** do **DL. n.º 286/89** e do **DL. n.º 74/04**. **Revoga** os n.ºs 5.6 e 5.7 do despacho n.º 17064/2005 (2.a série), de 8 de Agosto).

Despacho Norm. n.º 25/2006, de 19 de Abril (**altera o despacho normativo n.º 338/93**, de 21 de Outubro).

Despacho Norm. n.º 4/2006, de 27 de Janeiro (regulamenta as condições de avaliação dos cursos tecnológicos - disciplinas terminais dos **cursos tecnológicos** aprovadas pelo Desp. Norm. n.º 338/93, de 29 de Agosto **não estão sujeitas a exame** para efeito de aprovação).

Declaração de Rectificação n.º 9/2006, de 6 de Fevereiro (**rectifica o Decreto-Lei n.º 227/2005**).

Despacho n.º 22796/2005 (2ª série), de 4 de Novembro (tabela de atribuição de **equivalências** entre disciplinas dos cursos criados pelos **DL. n.º 286/89 e o DL n.º 74/04**) – **revogado**.

Despacho n.º 17064/2005, de 8 de Agosto (**disciplinas afins** entre o **DL. n.º 286/89 e o DL n.º 74/04**) - **revogados os n.ºs 5.6 e 5.7**.

Rectificação n.º 1382/2004, de 20 de Julho (**rectifica o Despacho n.º 10428/2004**, de 26 de Maio).

Despacho n.º 10428/2004, de 26 de Maio (**mecanismos de transição entre os planos de estudo** instituídos ao abrigo do Decreto-Lei n.º 286/89, de 29 de Agosto, e os planos de estudo constantes do Decreto-Lei n.º 74/2004, de 26 de Março e disciplinas afins).

Despacho Normativo n.º 45/96, de 31 de Outubro (**altera o n.º 42 do Despacho Normativo n.º 338/93**, de 21 de Outubro (aprova o regime de avaliação dos alunos do ensino secundário) – **revogado** pelo Dec.-Lei n.º 74/2004, de 26 de Março).

Despacho Normativo n.º 338/93, de 21 de Outubro (**aprova o regime de avaliação** dos alunos do Ensino Secundário que frequentam **cursos** criados ao abrigo do **Decreto-Lei n.º 286/89**) – **revogado** pelo Dec.-Lei n.º 74/2004, de 26 de Março.

Decreto-Lei n.º 286/89, de 29 de Agosto (**aprova os planos curriculares** dos ensinos básico e secundário).

▫ **Legislação Geral**

Of.-circular n.º 5/2009/DSAPOE, de 12 Junho (**certificação da conclusão do 10º e do 11º ano** de escolaridade aos alunos que frequentam os actuais planos de estudo, **para fins Militares, de Concurso Público e/ou de Progressão na Carreira**).

Of. Circular n.º 9 /DSAPOE, de 9 de Abril de **2008** (orientações constantes no programa de **Educação Física** do ensino secundário).

Of. Circular DGIDC/2008/2, de 27 de Março (orientações constantes no programa de **Educação Física** do ensino secundário).

Of. Circular n.º 7 /EMNOP, de 12 de Março de **2008** (**modelos de Diploma e Certificados** para os cursos criados ao abrigo do Decreto-Lei n.º 74/2004, de 26 de Março).

Of. Circular n.º 4 DSAPOE/18/01/2008 (**modelos de Diploma e Certificados** para os cursos criados ao abrigo do Decreto-Lei n.º 74/2004, de 26 de Março).

Of. Circular n.º 15/2007/DSP, de 22 de Março (**repetição voluntária de frequência** de ano pelos alunos que reuniram condições de transição ao ano seguinte: **esclarecimento ao Ofício Circular n.º7/DREL/2007**, de 21 de Fevereiro).

Portaria n.º 476/2007, D. R. 76, Série I de 2007-04-18 (**altera a Portaria n.º 1488/2004**, de 24 de Dezembro–**TLEBS**.
Revoga: os n.ºs 4.º e 5.º da Portaria n.º 1147/2005, de 8 de Novembro).

Of. Circular n.º 11 /DSEE/DES/07 de 21/03/07 (**repetição voluntária de frequência** de ano pelos alunos que reuniram condições de transição ao ano seguinte- **esclarecimento** ao Ofício-circular n.º 03/DSEE/DES/07).

Of. Circular n.º07/07/DREL/DSP/GAB. SEG., de 21-02-07 (**repetição voluntária de frequência** de ano pelos alunos que reuniram condições de transição ao ano seguinte).

Of. Circular n.º 03/DSEE/DES/07, de 31/01/2007 (**repetição voluntária de frequência** de ano pelos alunos que reuniram condições de transição ao ano seguinte).

Despacho Normativo n.º 25/2006, 19 de Abril (qualquer **aluno com um curso** do ensino secundário **poderá inscrever-se** em qualquer das **disciplinas do curso já concluído**).

Portaria n.º 1147/2005. D.R. n.º 214, Série I-B de 8 de Novembro (**adopta a Terminologia Linguística** para os Ensinos Básico e Secundário (**TLEBS**) a partir do ano lectivo de **2005-2006**)- **revogados os n.ºs 4.º e 5.º** .

Despacho n.º 17388/2005, de 12 de Agosto (protocolo de colaboração para a realização de um **estudo de avaliação e acompanhamento da implantação da reforma** do ensino secundário).

Despacho n.º 1438/2005, de 21 de Janeiro (**apoio educativo/ modalidades**).

Portaria n.º 1488/2004, de 24 de Dezembro (adopta, a título de experiência pedagógica, a terminologia linguística para os ensinamentos básico e secundário –TLEBS).

Ensino Básico e Secundário - Regimes de Permeabilidade e Equivalência

Despacho normativo n.º 29/2008, de 5 de Junho (**altera o despacho normativo n.º 36/2007**, de 8 de Outubro).

Despacho normativo n.º 1/2008, de 8 de Janeiro (regulamenta a concessão de **equivalências** entre disciplinas e áreas de formação integradas em planos de estudo de **cursos de nível secundário de educação** e disciplinas e áreas e formação do ensino secundário recorrente por **módulos capitalizáveis**. **Revoga**: o Despacho n.º 15932/2006, de 28 de Julho).

Despacho normativo n.º 37/2008, de 11 de Agosto (determina as **condições de equivalência à formação tecnológica** dos **cursos tecnológicos** do ensino recorrente por módulos capitalizáveis).

Portaria n.º 1362/2007, de 15 de Outubro (define as **equivalências** para alunos que frequentam **escolas estrangeiras** sedeadas em Portugal).

Of. Circular n.º 37/2007/DSAPOE, de 12 de Outubro (reconhecimento de **equivalência ao 9º ano de escolaridade**, para todos os fins legais, **dos cursos ministrados na Ex-Escola Lusitânia Feminina e dos Cursos de Formação constantes do Decreto n.º 37 029/48**, de 25 de Agosto).

Despacho normativo n.º 36/2007, D.R. n.º 193, Série II, de 2007-10-08, Parte C (**regulamenta** o processo de **reorientação do percurso formativo** dos alunos, através dos **regimes de permeabilidade e equivalência** entre disciplinas. **Revoga** os despachos n.ºs 14387/2004 (2.ª série), de 20 de Julho, e 22796/2005 (2.ª série), de 4 de Novembro) www.dre.pt/pdf2sdip/2007/10/193000000/2903629039.pdf

Despacho n.º 12981/2007, D. R. n.º 120, Série II, de 2007-06-25, Parte C (define o modo de atribuição da classificação final dos cursos científico-humanísticos e dos cursos tecnológicos do ensino secundário para efeitos de **equivalência** de alunos provenientes de **ensino estrangeiro**).

Of. Circular n.º 30/2007/DIR, de 22 de Junho (**equivalências** - Geral Educational Development Tests – GED).

Of. Circular n.º 20/2007/DIR, de 8 de Maio (**mudança de curso** através do regime de **equivalência entre disciplinas** - possibilidade de melhoria de classificação - Cursos Científico-Humanísticos e Cursos Tecnológicos).

Of. Circular n.º 15 /DSEE/DES/07, de 26/04/07 (**mudança de curso** através do **regime de equivalência** entre disciplinas - possibilidade de **melhoria de classificação** - Cursos Científico-Humanísticos e Cursos Tecnológicos).

Of.º Circular n.º 48/DSEE/DES/06, de 23/10/06 (alterações de **percurso escolar** dos alunos dos cursos científico-humanísticos).

Portaria n.º 699/2006, de 12 de julho (aprova as **tabelas comparativas** dos vários sistemas de ensino com vista a **equivalências**. **Revoga**: o despacho n.º 27249/2004, de 9 de Dezembro).

Despacho n.º 11305/2006, de 24 de Maio (**disciplinas afins** do **DL. n.º 286/89** e do **DL. n.º 74/04**. **Revoga** os n.ºs 5.6 e 5.7 do despacho n.º 17064/2005 (2.ª série), de 8 de Agosto).

Of. Circular n.º 25, de 2006/04/17, DSP/GAB. SEC/DREL (**equivalências** de habilitações concedidas ao abrigo do Despacho n.º 15820/2004, de 5 de Agosto).

Portaria n.º 224/2006, de 8 de Março (tabelas para a concessão de **equivalências** de habilitações de sistemas educativos estrangeiros).

Declaração de Rectificação n.º 9/2006, de 6 de Fevereiro (**rectifica o Decreto-Lei n.º 227/2005**).

Despacho n.º 22796/2005 (2ª série), de 4 de Novembro (tabela de atribuição de **equivalências** entre disciplinas dos cursos criados pelos **DL. n.º 286/89** e o **DL n.º 74/04**) – **revogado**.

Despacho n.º 17064/2005, de 8 de Agosto (**disciplinas afins** entre o **DL. n.º 286/89** e o **DL n.º 74/04**) - **revogados os n.ºs 5.6 e 5.7**.

Decreto-Lei n.º 227/2005, de 29 de Dez. (concessão de **equivalência de habilitações** de sistemas educativos **estrangeiros** a habilitações do sistema educativo português dos ensinos básico e secundário. **Revoga** parcialmente o Dec. Lei n.º 219/97 de 10 de Agosto).

Despacho n.º 15820/2004, de 5 de Agosto (estabelece a **equiparação entre as habilitações académicas** adquiridas no passado, em estabelecimentos de ensino público, particular ou cooperativo, com actividade reconhecida pelo Ministério da Educação à data da emissão do respectivo certificado de habilitações, e o seu enquadramento em função dos **planos de estudo em vigor**).

Despacho n.º 14387/2004, de 20 de Julho (regime de **permeabilidade** e de **equivalência** entre disciplinas que integram os planos de estudos criados ao abrigo do Dec.-Lei n.º 74/2004) – **revogado**.

Rectificação n.º 1382/2004, de 20 de Julho (**rectifica o Despacho n.º 10428/2004**, de 26 de Maio).

Despacho n.º 10428/2004, de 26 de Maio (**mecanismos de transição entre os planos de estudo** instituídos ao abrigo do Decreto-Lei n.º 286/89, de 29 de Agosto, e os planos de estudo constantes do Decreto-Lei n.º 74/2004, de 26 de Março e disciplinas afins).

Of. Circular n.º 12/2002, de 25/01/02 (alunos provenientes de **currículos estrangeiros** com aprovação na disciplina de **Matemática**).

Of. Circular n.º 64/2001, de 08/06/01 (**equivalências estrangeiras** - tabelas de **conversão de classificações**).

Dec. Lei n.º 219/97, de 20 de Agosto (regula a **equivalência** e reconhecimento de **habilitações estrangeiras** de nível não superior) – **parcialmente revogado**.

Novas oportunidades

Iniciativa Novas Oportunidades (Cursos de Educação de Adultos, Profissionais e de Educação e Formação, in www.min-edu.pt ou www.novasoportunidades.gov.pt/mapa.aspx).

Portaria n.º 782/2009, de 23 de Julho (regula o **Quadro Nacional de Qualificações** e define os descritores para a caracterização dos níveis de qualificação nacionais).

Portaria n.º 781/2009, de 23 de Julho (estabelece a **estrutura e organização do Catálogo Nacional de Qualificações**).

Despacho n.º 15889/2009, de 13 de Julho (**aprova o regulamento das Comissões Técnicas** dos Centros Novas Oportunidades).

Portaria n.º 286/2009, D. R. 56, Série I de 2009-03-20, dos Ministérios do Trabalho e da Solidariedade Social e da Educação (**altera a Portaria n.º 1497/2008**, de 19 de Dezembro, que regula as condições de acesso, a organização, a gestão e o funcionamento dos cursos de aprendizagem, bem como a avaliação e a certificação das aprendizagens): <http://dre.pt/pdf1sdip/2009/03/05600/0180701807.pdf>

Of. Circular n.º 15 - Equipa Multidisciplinar Novas Oportunidades - 29/09/2008 (prosseguimento de estudos em caso de certificação do nível secundário de educação pela realização de **Curso EFA, formações modulares** e processo de **RVCC** ou pela realização, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 357/2007, de 29 de Outubro, de **módulos de formação** constantes dos referenciais de formação integrados no Catálogo Nacional de Qualificações).

Despacho n.º 15642/2008, de 5 de Junho (**modelos de diplomas e certificação de conclusão** do nível secundário de educação, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 357/2007).

Despacho n.º 14310/2008, de 23 de Maio (define as **orientações para o funcionamento dos centros novas oportunidades** nos estabelecimentos públicos de ensino. **Revoga** os despachos n.ºs 17342/2006, de 28 de Agosto, e 7794/2007, de 27 de Abril).

Portaria n.º 370/2008, de 21 de Maio (**regula a criação e o funcionamento dos Centros Novas Oportunidades**. **Revoga**: a Portaria n.º 1082 -A/2001, de 5 de Setembro, na redacção dada pelas Portarias n.ºs 286 -A/2002, de 15 de Março, e 86/2007, de 12 de Janeiro; o despacho n.º 9937/2007, de 29 de Maio; os n.ºs 3, 4 e 5 do despacho n.º 11203/2007, de 8 de Junho).

Despacho n.º 6950/2008, 10 de Março (**autoriza a criação de centros novas oportunidades** em entidades e concelhos identificados, **em acréscimo à rede** de centros já existente).

Portaria n.º 230/2008, de 7 de Março (define o **regime jurídico dos cursos de educação e formação de adultos** (cursos EFA) e das **formações modulares** previstos no Decreto-Lei n.º 396/2007, de 31 de Dezembro. **Revoga** a Portaria n.º 817/2007, de 27 de Julho).

Despacho n.º 6260/2008, de 5 de Março (é aprovado o regulamento de **exames a nível de escola para a conclusão e certificação** do nível secundário de educação ao **abrigo do Decreto-Lei n.º 357/2007**, de 29 de Outubro).

Despacho normativo n.º 1/2008, de 8 de Janeiro (regulamenta a concessão de **equivalências** entre disciplinas e áreas de formação integradas em planos de estudo de **cursos de nível secundário de educação** e disciplinas e áreas e formação do ensino secundário recorrente por **módulos capitalizáveis**. **Revoga**: o Despacho n.º 15932/2006, de 28 de Julho).

Declaração de Rectificação n.º 117/2007, D. R. n.º 250, Série I de 2007-12-28 (**rectifica o Dec.-Lei n.º 357/2007**) <http://www.dre.pt/pdf1sdip/2007/12/25000/0911009111.PDF>

Decreto-Lei n.º 396/2007, de 31 de Dezembro (estabelece o regime jurídico do **Sistema Nacional de Qualificações** e define as estruturas que regulam o seu funcionamento. **Revoga** o Decreto Regulamentar n.º 35/2002, de 23 de Abril).

Despacho n.º 29176/2007, D. R. n.º 246, Série II de 2007-12-21, Parte C (regula o **acesso de pessoas com deficiência ou incapacidade** ao processo de reconhecimento, validação e certificação de competências (RVCC) e as ofertas de educação e formação de adultos) in <http://www.dre.pt/pdf2sdip/2007/12/246000000/3702537027.pdf>

Despacho n.º 26007/2007, de 14 de Novembro (**prorrogação do prazo para a conclusão** do respectivo plano de estudo dos alunos do sistema das **unidades capitalizáveis**).

Decreto-Lei n.º 357/2007, D.R. n.º 208, Série I de 2007-10-29 (regulamenta o processo de conclusão e certificação, por parte de **adultos com percursos formativos incompletos**, do nível secundário de educação relativo a planos de estudo já extintos) www.dre.pt/pdf1sdip/2007/10/20800/0791907925.PDF

Portaria n.º 817/2007, de 27 de Julho (novo regime jurídico dos Cursos de Educação e Formação de Adultos. **Revoga**: o despacho conjunto n.º 1083/2000, de 20 de Novembro, na redacção dada pelo despacho conjunto n.º 650/2001, de 20 de Julho, e pelo despacho n.º 26401/2006, de 29 de Dezembro.) - **revogada**.

Despacho n.º 11203/2007, de 8 de Junho Parte C (define as **orientações** aplicáveis aos **Centros Novas Oportunidades** e às **entidades formadoras** dos cursos de educação e formação de adultos) - **revogado os n.ºs 3, 4 e 5**.

Despacho n.º 7794/2007, D. R. n.º 82, Série II de 2007-04-27, Parte C (aplica as orientações sobre a rede nacional do centro novas oportunidades do Sistema Nacional RVCC às escolas e agrupamentos de escolas) - **revogado**.

Portaria n.º 86/2007, D.R. n.º 9; Série I de 2007-01-12 (alargamento do processo de RVCC ao nível secundário - **altera a Portaria n.º 1082-A/2001**, de 5 de Setembro)- **revogada**.

Despacho n.º 26401/2006, de 29 de Dezembro (**cursos de educação e formação de adultos**) - **revogado**.

Despacho n.º 17518/2006, (criação de vários **CRVCC**).

Despacho n.º 17342/2006, de 7 de Agosto (profissionais **RVCC** e Coordenadores dos Cursos **EFA**) – **revogado**.

Despacho n.º 15187/2006, de 14 de julho (**coordenador** das diferentes **ofertas formativas** – crédito – **CRVCC**. **Revoga**: o despacho n.º 15797/2003, de 21 de Julho).

Ofício 034996, de 10 de Junho de **2006**, da DSP/SPO/DREL (**cursos de educação e formação** no âmbito do Desp. Conj. n.º 453/04, de 27 de Julho, (autorização de funcionamento condicionado dos Cursos referidos no ano lectivo de 06/07).

Despacho Conj. n.º 287/2005, 2ª série, de 4 de Abril (**cursos de educação e formação**. **Revoga**: o despacho conjunto n.º 1014/2003).

Rectificação n.º 1673/2004, 2ª série, de 7 de Setembro (**cursos de educação e formação**).

Despacho Conj. n.º 453/2004, 2ª série, de 27 de Julho (regulamentação da criação dos **cursos de Educação e Formação**).

Despacho n.º 9494/2004, 2ª série, de 14 de Maio (**avaliadores externos** ao **CRVCC**).

Despacho Conjunto n.º 804/2002, de 28-10-2002 (são criados, para funcionarem em 2003, centros de reconhecimento, validação e certificação de competências (centros **RVCC**), em acréscimo à rede já existente, no cumprimento da meta negociada pelo Estado Português com a Comissão Europeia para este ano).

Portaria n.º 1082 – A/2001, de 5 de Setembro (**cria a rede nacional** de **CRVCC**).

PD/PND

Estatuto da Carreira Docente - ECD

Decreto-Lei n.º 15/2007, de 19 de Janeiro (altera o Estatuto da Carreira dos Educadores de Infância e dos Professores dos Ensinos Básico e Secundário, aprovado pelo **Decreto-Lei n.º 139-A/90**, de 28 de Abril, e o regime jurídico da formação contínua de professores, aprovado pelo **Decreto-Lei n.º 249/92**, de 9 de Novembro).

Decreto-Lei n.º 224/2006, de 13 de Novembro (altera o Estatuto da Carreira dos Educadores de Infância e dos Professores dos Ensinos Básico e Secundário, aprovado pelo **Decreto-Lei n.º 139-A/90**, de 28 de Abril) – **parcialmente revogado**.

Circ. n.º 7/2006, de 4/5/06, DSRHE/DGRHE (formação contínua de docentes ao abrigo do Desp. n.º 16714/2005, de 3 de Agosto).

Decreto-Lei n.º 229/2005, de 29 de Dezembro (convergência de determinados grupos de subscritores da CGA com o regime geral da segurança social no que respeita às condições de aposentação e cálculo das pensões - altera o Estatuto da Carreira dos Educadores de Infância e dos Professores dos Ensinos Básico e Secundário, aprovado pelo **Decreto-Lei n.º 139-A/90**, de 28 de Abril).

Decreto-Lei n.º 121/2005, de 26 de Julho (altera o Estatuto da Carreira dos Educadores de Infância e dos Professores dos Ensinos Básico e Secundário, aprovado pelo **Decreto-Lei n.º 139-A/90**, de 28 de Abril).

Decreto-Lei n.º 35/2003, de 17 de Fevereiro (altera o Estatuto da Carreira dos Educadores de Infância e dos Professores dos Ensinos Básico e Secundário, aprovado pelo **Decreto-Lei n.º 139-A/90**, de 28 de Abril) – **revogado**.

Decreto-Lei n.º 155/99, de 10 de Maio (altera os artigos 27.º, 27.º-A, 28.º e 39.º do **Decreto-Lei n.º 207/96**, de 2 de Novembro - formação contínua).

Decreto-Lei n.º 1/98, de 2 de Janeiro (altera o Estatuto da Carreira dos Educadores de Infância e dos Professores dos Ensinos Básico e Secundário, aprovado pelo **Decreto-Lei n.º 139-A/90**, de 28 de Abril).

Decreto-Lei n.º 105/97, de 29 de Abril (altera o Estatuto da Carreira dos Educadores de Infância e dos Professores dos Ensinos Básico e Secundário, aprovado pelo **Decreto-Lei 139-A/90**, de 28 de Abril).

Decreto-Lei n.º 207/96, de 2 de Novembro (altera o regime jurídico da formação contínua de educadores de infância e de professores dos ensinos básico e secundário, aprovado pelo **Decreto-Lei n.º 249/92**).

Decreto-Lei n.º 274/94, de 28 de Outubro (altera o regime jurídico da formação contínua de professores da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário aprovado pelo **Decreto-Lei n.º 249/92**).

Lei n.º 60/93, de 20 de Agosto (altera o regime jurídico da formação contínua de professores da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário aprovado pelo **Decreto-Lei n.º 249/92**).

Decreto-Lei n.º 249/92, 9 de Novembro (estabelece o regime jurídico da formação contínua de professores da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário) – **parcialmente revogado**.

Decreto-Lei n.º 139-A/90, de 28 de Abril (aprova o Estatuto da Carreira dos Educadores de Infância e dos Professores dos Ensinos Básico e Secundário) – **parcialmente revogado**.

Avaliação de Desempenho

▫ Pessoal docente

Despacho n.º 15772/2009, de 10 de Julho (repristina o n.º 3 do anexo xvi do despacho n.º 16872/2008, de 7 de Abril, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 119, de 23 de Junho de 2008).

Despacho n.º 3006/2009, D.R. n.º 16, Série II de 2009-01-23, do Ministério da Educação – Gabinete da Ministra (altera e republica o anexo XVI ao despacho n.º 16872/2008, de 7 de Abril, que aprova os modelos de impressos das fichas de auto-avaliação e avaliação do desempenho do pessoal docente bem como as ponderações dos parâmetros classificativos constantes das fichas de avaliação): <http://dre.pt/pdf2sdip/2009/01/016000000/0341203414.pdf>

Decreto Regulamentar n.º 1-A/2009, D.R. n.º 2, Suplemento, Série I de 2009-01-05, do Ministério da Educação (estabelece um regime transitório de avaliação do desempenho do pessoal a que se refere o Estatuto da Carreira dos

Educadores de Infância e dos **Professores** dos Ensinos Básico e Secundário, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 139-A/90, de 28 de Abril): <http://dre.pt/pdf1sdip/2009/01/00201/0000200004.pdf>

Despacho n.º 32048/2008, D.R. n.º 242, Série II de 2008-12-16, do Ministério da Educação – Gabinete do Secretário de Estado da Educação (**delegação de competências** no âmbito da **avaliação de desempenho** do pessoal docente): <http://www.dre.pt/pdf2sdip/2008/12/242000000/5027450276.pdf>

Despacho conjunto n.º 31996/2008, de 16 de Dezembro (**altera o despacho n.º 20131/2008**, que determina as percentagens máximas para atribuição das menções de **Muito bom e Excelente**).

Despacho n.º 27136/2008, de 24 de Outubro (**aditamento ao despacho n.º 7465/2008**, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 52, de 13 de Março de 2008).

Despacho n.º 20131/2008, de 30 de Julho (determina as **percentagens máximas** para atribuição das menções qualitativas de **Excelente e de Muito bom** em cada agrupamento de escolas ou escolas não agrupadas na sequência do procedimento da avaliação de desempenho de pessoal docente).

Circular n.º B08016246L, 10/07/2008 (esclarecimentos relativos à **avaliação** de desempenho dos docentes no ano lectivo de **2007/2008**).

Decreto-Lei n.º 104/2008, de 24 de Junho (estabelece o regime do **concurso e prova pública** de acesso para lugares da categoria de professor titular, aberto para o preenchimento de vaga existente em cada agrupamento de escolas ou escola não agrupada da rede do Ministério da Educação).

Despacho n.º 16872/2008, de 23 de Junho (aprova os **modelos de impressos das fichas** de auto-avaliação e avaliação do desempenho do pessoal docente, bem como as ponderações dos parâmetros classificativos constantes das fichas de avaliação - **PD**).

Decreto Regulamentar n.º 11/2008, de 23 de Maio (define o regime transitório de **avaliação de desempenho** do pessoal docente até ao ano escolar de **2008-2009**).

Despacho n.º 13459/2008, de 14 de Maio (constitui uma **comissão paritária** com vista a garantir o acompanhamento da concretização do regime de **avaliação de desempenho** do pessoal docente, definido no Decreto Regulamentar n.º 2/2008, de 10 de Janeiro).

Despacho n.º 7465/2008, de 13 de Março (delegação de **competências de avaliador** e nomeação em comissão de serviço de professores na categoria de professor titular).

Despacho n.º 6753/2008, de 7 de Março (designação dos membros do **conselho científico da avaliação**).

Circular n.º B08023049E /2008, de 07/03/2008 (avaliação dos **docentes e técnicos especializados** nas escolas ou docentes em regime de mobilidade).

Circular n.º B080002111G /2008, 04/03/2008 (**avaliação** de desempenho dos docentes - anos lectivos de **2007/08 e 2008/09**).

Decreto Regulamentar n.º 4/2008, de 5 de Fevereiro (define a composição e o modo de funcionamento do **conselho científico** para a **avaliação de professores**).

Decreto Regulamentar n.º 2/2008, D.R. n.º 7, Série I de 2008 – 01 – 10 (regulamenta o sistema de **avaliação de desempenho** do **pessoal docente** a educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário) in <http://www.dre.pt/pdf1sdip/2008/01/00700/0022500233.PDF>

Of. Circular n.º 3/2006, de 03/07, DSGRH/DGRHE (esclarece a Lei n.º 43/05, de 29 de Agosto - **avaliação do desempenho do PD**).

Of. Circular N.º 69, DSRH/PD, de 21.12.2005 (**avaliação do desempenho do PD**, aplicação da lei n.º 43/2005, de 29 de Agosto).

▫ **Pessoal não docente**

Portaria n.º 759/2009, de 16 de Julho (procede à adaptação do sistema integrado de gestão e **avaliação do desempenho** na Administração Pública ao **PND** dos estabelecimentos públicos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário).

Decreto Regulamentar n.º 8/2009, de 21 de Maio (revoga o **Decreto Regulamentar n.º 4/2006**, de 7 de Março, que adaptou o sistema de avaliação do desempenho da Administração Pública à situação específica do **PND** dos estabelecimentos públicos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário).

Portaria n.º 1633/2007, de 31 de Dezembro (aprova os **modelos de fichas** de auto-avaliação e avaliação do desempenho - **PND**) in <http://www.dre.pt/pdf1sdip/2007/12/25100/0914109155.PDF>.

Lei n.º 66-B/2007, D. R. n.º 250, Série I, Suplemento de 2007-12-28 (estabelece o sistema integrado de **gestão e avaliação do desempenho na administração pública-PND**) in <http://www.dre.pt/pdf1sdip/2007/12/25001/0000200021.PDF>

Decreto Regulamentar n.º 4/2006, de 7 de Março (adapta o sistema de **avaliação do desempenho** da Administração Pública à situação específica do **PND** dos estabelecimentos públicos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário) – **revogado**.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 199/2005, de 29 de Dezembro (determinações relativas ao **SIADAP – Sistema Integrado de Avaliação do Desempenho** da Administração Pública - **PND**).

Carreira - PD

Despacho n.º 8463/2009, D. R. n.º 59, Série II de 2009-03-25, do Ministério da Educação – Gabinete do Secretário de Estado da Educação (concessão de **licença sabática** para o ano escolar de **2009-2010**): <http://www.dre.pt/pdf2sdip/2009/03/059000000/1126011260.pdf>

Despacho n.º 15 941/2008, de 11 de Junho (fixa **para** o ano escolar de **2008-2009** a quota máxima de 130 para a concessão da **licença sabática**).

Portaria n.º 350/2008, de 5 de Maio (fixa as condições de atribuição de **licença sabática** aos docentes da educação pré-escolar e dos ensinos básico secundário. **Revoga** o Despacho Normativo n.º 31/98, de 17 de Abril).

Portaria n.º 344/2008, de 30 de Abril (regulamenta o **processo de reconhecimento dos ciclos de estudos** conducentes aos **graus de mestre e doutor** e dos próprios graus académicos obtidos por docentes profissionalizados, integrados na carreira, em domínio directamente relacionado com a área científica que leccionem ou em Ciências da Educação).

Portaria n.º 343/2008, de 30 de Abril (define as **condições de progressão** na carreira dos docentes requisitados em funções técnico-pedagógicas).

Decreto Regulamentar n.º 3/2008, de 21 de Janeiro (estabelece o regime da **prova de avaliação de conhecimentos e competências** prevista no artigo 22.º do Estatuto da Carreira dos Educadores de Infância e dos Professores dos Ensinos Básico e Secundário).

Decreto-Lei n.º 314/2007, de 17 de Setembro (estabelece o regime específico de **reclassificação profissional** do pessoal docente).

Of. Circular n.º 34/2007/EMPAAG, de 25 de Julho (**estágio pedagógico** dos cursos de **formação Inicial de Professores** do 3º ciclo do ensino básico e do ensino secundário).

Of. Circular n.º 33/2007/EMPAAG, de 6 de Julho (**integração na Carreira Docente dos Professores de Educação Física** com habilitação suficiente vinculados ao Ministério da Educação - Interpretação do Despacho de Sua Excelência o Senhor Secretário de Estado da Educação, de 16 de Abril de 2007).

Of. Circular n.º 21/2007/DSAPOE, de 14 de Maio (**integração na carreira docente dos professores de educação física** com habilitação suficiente vinculados ao Ministério da Educação).

Of. Circular n.º 11/2007/DSRH, de 8 de Março (**estágios do ramo educacional e licenciaturas em ensino 3º ciclo e ensino secundário - Ano escolar de 2007/2008**).

Decreto-Lei n.º 224/2006, de 13 de Novembro, (dispensa da componente lectiva, **reclassificação e reconversão profissionais** do pessoal docente declarado incapaz).

Of. Circular n.º 40 de 28 – 06 – 06, DSRH/DREL (**estágios do ramo educacional e lic. em ensino: normas**).

Aviso n.º 2593/2006, 2ª série, 27 de Fevereiro (**equiparação a bolseiro**).

Portaria n.º 1097/2005, de 21 de Outubro (regula os aspectos relativos à realização da unidade curricular do **estágio pedagógico** dos cursos de formação inicial dos professores do 3.º ciclo do ensino básico e do ensino secundário) – **revogada**.

Lei n.º 53 – C/2006, de 29 de Dezembro (determina a **prorrogação da vigência das medidas aprovadas pela Lei n.º 43/05**, de 29 de Agosto, até 31 de Dezembro de 2007).

Lei n.º 43/2005, de 29 de Agosto (determina a **não contagem do tempo de serviço** para efeitos de progressão nas carreiras e o congelamento do montante de todos os suplementos remuneratórios de todos os funcionários, agentes e demais servidores do Estado até 31 de Dezembro de 2006).

Dispensa de serviço, férias, faltas e licenças

Portaria n.º 345/2008, de 30 de Abril (estabelece as condições em que podem ser concedidas **dispensas de serviço docente** para participação em **congressos, conferências, seminários, cursos** ou outras realizações conexas com a formação contínua destinada à **actualização dos docentes**, no País ou no estrangeiro. **Revoga**: o despacho normativo n.º 185/92, de 8 de Outubro, com as alterações que lhe foram introduzidas pelo despacho normativo n.º 8/2005, de 3 de Fevereiro).

Decreto-Lei n.º 181/2007, D.R. n.º 89, Série I de 2007-05-09 (**altera** o actual regime sobre a **justificação das faltas por doença** e respectivos meios de prova aplicável aos funcionários e agentes da Administração Pública, previsto no **Decreto-Lei n.º 100/99**, de 31 de Março).

Of. Circular n.º 12/2007/DSRH, de 9 de Março (**dispensas de serviço** no âmbito do Artº 109º do ECD).

Of. Circular n.º 3/2007/DSRH, de 12 de Janeiro (**faltas por motivo de doença** prevista no Despacho Conjunto n.º A-179/89-XI).

Of. Circular n.º 3/06, DSRH/DREL (alteração de procedimentos para **justificação de faltas** de PD e PND por motivo de **gravidez de risco**).

Despacho normativo n.º 8/2005, de 3 de Fevereiro (concessão de **dispensa de serviço** para deslocação ao estrangeiro no âmbito dos programas comunitários internacionais aprovado) – **revogado**.

Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março (regula **regime de férias, faltas e licenças** dos funcionários e agentes da Administração Pública).

Educação Moral e Religiosa Católica

Of. Circular n.º 6/2009/DSAPOE - Equipa de Currículo e Avaliação - , de 23 de Junho (**transcreve o teor do Ofício – OFCDGIDC/2009/5 DSDC**).

Ofício - OFC-DGIDC/2009/5 (divulga um conjunto de **normas e orientações** para a actuação dos estabelecimentos de ensino sobre o **estatuto da disciplina** de Educação Moral e Religiosa Católica (**EMRC**) e **estatuto do professor** de Educação Moral e Religiosa Católica).

Despacho Interno n.º 2/SEE/2009 – (esclarecimento de dúvidas no que respeita à interpretação do parecer relativo à **distribuição de serviço aos docentes de** Educação Moral e Religiosa Católica - **EMRC**).

Habilitações Profissionais para a Docência

Portaria n.º 303/2009, de 24 de Março e rectificação (habilitações profissionais para o grupo de **Espanhol - 350**).

Portaria n.º 212/2009, de 23 de Fevereiro (identifica os requisitos que conferem habilitação profissional para a docência nos grupos de recrutamento de **educação especial**, a que se refere a alínea e) do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 27/2006, de 10 de Fevereiro): <http://dre.pt/pdf1sdip/2009/02/03700/0126101264.pdf>

Portaria n.º 254/2007, de 9 de Março (reconhece vários **cursos** como habilitação profissional para a docência).

Decreto-lei n.º 43/2007, de 22 de Fevereiro (aprova o **regime jurídico** da habilitação profissional para a docência).

Portaria n.º 263/2006, 16 de Março (**habilitações** para a **docência**).

Portaria n.º 88/2006, de 24 de Janeiro (reconhecimento de **novos cursos** para a **docência**).

Prémio Nacional de professores

Despacho n.º 7345/2009, de 11 de Março (**atribui anualmente o Prémio Nacional de Professores**, dirigido a todos os educadores de infância e professores dos 1.º, 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e do ensino secundário).

Despacho n.º 8519/2008, de 24 de Março (**atribui anualmente o Prémio Nacional de Professores** dirigido a todos os educadores de infância e professores dos 1.º, 2.º e 3.º ciclos de ensino básico e secundário).

Despacho n.º 5910/2007, de 22 de Março (**regulamento do Prémio Nacional de Professores**).

Procedimento concursal e contratual. Mobilidade

▫ Pessoal docente

Despacho n.º 13399/2009, de 8 de Junho (**mobilidade de pessoal docente**. **Revoga**: o despacho n.º 14939/2008 (2.ª série), de 29 de Maio).

Declaração de rectificação n.º 1414/2009, de 2 de Junho (**rectificação** relativa ao **aviso n.º 5432-A/2009**, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 50, 12 de Março de 2009).

Lei n.º 23/2009, de 21 de Maio (consagra a garantia de **intercomunicabilidade entre os docentes provenientes das Regiões Autónomas com o restante território nacional**).

Despacho n.º 10151/2009, de 16 de Abril (**profissionalização em serviço** decorrente de curso ministrado pela Universidade Aberta).

Declaração de rectificação n.º 25/2009, de 13 de Abril (**rectifica a Portaria n.º 303/2009**, de 24 de Março, do Ministério da Educação, que estabelece medidas excepcionais destinadas a suprir a carência de **pessoal docente** com habilitação profissional legalmente exigida para o **grupo** de recrutamento de **Espanhol** (código de recrutamento 350), publicada no Diário da República, 1.ª série, n.º 58, de 24 de Março de 2009).

Portaria n.º 365/2009, de 7 de Abril (regula o procedimento concursal de **recrutamento do pessoal docente** da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário para os **quadros** dos agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas legalmente definidos como **prioritários**).

Declaração de rectificação n.º 884/2009, de 26 de Março (**rectifica o aviso n.º 5432-A/2009**, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 50, de 12 de Março de 2009).

Portaria n.º 303/2009, D. R. n.º 58, Série I de 2009-03-24, do Ministério da Educação (estabelece **medidas** excepcionais destinadas a **suprir a carência de pessoal docente** com habilitação profissional legalmente exigida para o **grupo** de recrutamento de **espanhol** – código de recrutamento 350 -): <http://dre.pt/pdf1sdip/2009/03/049000000/0939809400.pdf>

Aviso n.º 5432-A/2009, D. R. n.º 50, Suplemento, Série II de 2009-03-12, do Ministério da Educação – Direcção-Geral dos Recursos Humanos da Educação (aviso de abertura do **concurso** de educadores de infância e de professores dos ensinos básico e secundário para o ano escolar de 2009-2010): <http://dre.pt/pdf2sdip/2009/03/050000001/0000200051.pdf>

Decreto-Lei n.º 51/2009, D. R. n.º 41, Série I de 2009-02-27 do Ministério da Educação (segunda **alteração ao Decreto-Lei n.º 20/2006**, de 31 de Janeiro, que reviu o regime jurídico do **concurso para selecção e recrutamento do pessoal docente** da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, bem como da educação especial, e que revogou o Decreto – Lei n.º 35/2003, de 27 de Fevereiro): <http://dre.pt/pdf1sdip/2009/02/04100/0136601387.pdf>

Despacho n.º 4196-A/2009, D. R. n.º 22, Suplemento; Série II de 2009-02-02, do Ministério da Educação – Gabinete do Secretário de Estado da Educação (**mobilidade** por transferência de **professor titular**): <http://www.dre.pt/pdf2sdip/2009/02/022000001/0000200002.pdf>

Despacho Interno n.º 2/SEE/2008, de 24 de Setembro (**contratação de pessoal docente/completamento de horários de docentes contratados**).

Portaria n.º 1029-A/2008, de 11 de Setembro (fixa as datas de cessação de **contratação cíclica** de recrutamento para vários grupos de docentes **para o ano escolar de 2008-2009**).

Decreto-Lei n.º 124/2008, de 15 de Julho (segunda **alteração ao Decreto-Lei n.º 224/2006**, de 13 de Novembro, estabelece as condições de colocação em situação de **mobilidade especial** dos **docentes declarados incapazes** para o exercício da

atividade docente e um regime excepcional de acesso à colocação em estabelecimento de educação ou de ensino, bem como a possibilidade de colocação em situação de mobilidade especial para os **docentes com ausência de componente lectiva**).

Decreto-Lei n.º 104/2008, de 24 de Junho (estabelece o regime do **concurso e prova pública** de acesso para lugares da categoria de **professor titular**, aberto para o preenchimento de vaga existente em cada agrupamento de escolas ou escola não agrupada da rede do Ministério da Educação).

Despacho n.º 14939/2008, de 29 de Maio (regras e procedimentos a observar no **destacamento e requisição de docentes** no ano escolar de **2008-2009**. **Revoga** o despacho n.º 8641/2006, de 18 de Abril) – **revogado**.

Despacho n.º 13020/2008, de 8 de Maio (**dispensa** da realização da **profissionalização em serviço** mediante determinadas condições).

Aviso n.º 10680/2008, de 7 de Abril (**aviso de abertura dos concursos** de educadores de infância e de professores dos ensinos básico e secundário para o ano escolar 2008-2009, de acordo com o previsto no Decreto-Lei n.º 20/2006).

Despacho n.º 8774/2008, de 26 de Março (reforço do princípio da estabilidade do sistema de **colocações** do corpo **docente**).

Of. Circular n.º 41/2007/EMPAAG, de 30 de Outubro (orientações sobre **Contratação de Escola** ao abrigo do Decreto-Lei n.º 35/2007, de 15 de Fevereiro).

Dec.-Lei n.º 338/2007, D.R. n.º 196, Série I de 2007-10-11 (**regime de integração** em lugar do **quadro de zona pedagógica** dos **professores de técnicas especiais** com, pelo menos, 10 anos de exercício ininterrupto de funções docentes nos estabelecimentos públicos dos ensinos básico e secundário na dependência do ME) www.dre.pt/pdf/sdip/2007/10/19600/0729007292.PDF

Portaria n.º 1164/2007, D. R. n.º 176, Série I de 2007-09-12 (fixa as datas de cessação de **contratação cíclica** de recrutamento **para** vários grupos de **docentes** para o ano escolar de **2007-2008**).

Despacho n.º 16735/2007, de 31 de Julho (**regime especial de colocação de docentes** que necessitem de atender a situações de doença ou de deficiência dos seus ascendentes ou descendentes).

Declaração de Rectificação n.º 58/2007, D. R. n.º 121, Série I de 2007-06-26 (**rectifica o Decreto-Lei n.º 200/2007**, do ME, que estabelece o regime do **primeiro concurso** de acesso para lugares da categoria de **professor titular** da carreira dos educadores de infância e dos professores dos ensinos básico e secundário).

Despacho n.º 10071/2007, D. R. n.º 104, Série II de 2007-05-30, Parte C (fixa as regras a que deve obedecer a **mobilidade** dos educadores de infância e dos **docentes** dos ensinos básico e secundário **para 2007-2008**).

Decreto-Lei n.º 200/2007, D. R. n.º 98, Série I de 2007-05-22 (estabelece o regime do **primeiro concurso** de acesso para lugares da categoria de **professor titular** da carreira dos educadores de infância e dos professores dos ensinos básico e secundário).

Despacho n.º 7718/2007, de 15 de Março (acesso à **profissionalização em serviço**).

Despacho n.º 4277/2007, D. R. n.º 48, Série II de 2007-03-08 Parte C (**dispensa de profissionalização em serviço** para docentes dos quadros).

Decreto-Lei n.º 35/2007, de 15 de Fevereiro (estabelece o **regime jurídico de vinculação** do pessoal docente da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário– **contratação de escola**. **Revoga**: o artigo 59º do Decreto-Lei n.º 20/2006, de 31 de Janeiro; o artigo 12º da Portaria n.º 367/98, de 29 de Junho; o despacho n.º 16448/99, de 30 de Julho).

Despacho Interno n.º 3-SEE/2006, de 10 de Outubro (**contratação de PD/completamento** de horários de docentes contratados).

Despacho n.º 17874/2006, de 14 de Agosto (regras relativas aos **docentes portadores de incapacidade** de carácter permanente - **concurso**).

Despacho n.º 8641/2006 (2ª série, de 18 de Abril (instrumentos de **mobilidade**) - **revogado**).

Despacho n.º 5714/2006 (2ª série), de 10 de Março (**profissionalização em serviço**: mais de 5 anos, habilitação própria, colocado em 06/07).

Decreto-Lei n.º 27/2006, de 10 de Fevereiro (cria e define os **grupos de recrutamento de PD** do pré-escolar ao secundário).

Decreto-Lei n.º 20/2006, de 31 de Janeiro (regula o **concurso** para selecção e recrutamento do **PD** do pré-escolar ao secundário)- **revogado o artigo 59.º**.

▫ **Pessoal não docente**

Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro (regulamenta a tramitação do **procedimento concursal** nos termos do n.º 2 do artigo 54.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro - **PND**).

Portaria n.º 1049-A/2008, D. R. n.º 179, Série I, Suplemento de 2008-09-16, da Presidência do Conselho de Ministros e Ministério das Finanças e da Administração Pública e da Educação (define os **critérios** e a respectiva **fórmula de cálculo** para a determinação da **dotação máxima** de referência do **PND**, por agrupamento de escolas ou de escola não agrupada): <http://www.dre.pt/pdf1sdip/2008/09/17901/0000200003.PDF>

Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro (aprova o regime do **contrato de trabalho** em funções públicas - **PND**).

Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro (estabelece os regimes de **vinculação, de carreiras e de remunerações** dos trabalhadores que exercem funções públicas - **PND**).

Of. Circular n.º 27/2006, de 6 de Junho, DPND/DGRHE (**concurso interno de assistente de administração escolar principal**).

Remuneração. Aposentação e pensão de sobrevivência

Despacho n.º 15896/2009, de 14 de Julho (**pagamento aos professores classificadores**, relatores e especialistas das provas de exame de 2009).

Portaria n.º 269/2009, D.R. n.º 53, Série I de 2009-03-17, dos Ministérios das Finanças e da Administração Pública e do Trabalho e da Solidariedade Social (determina os valores dos coeficientes de valorização a aplicar na **actualização das remunerações** que servem de base de cálculo das **pensões**. **Revoga a Portaria n.º 554/2008**, de 30 de Junho) <http://dre.pt/pdf1sdip/2009/03/05300/017021703.pdf>

Decreto Regulamentar n.º 1-B/2009, D. R. n.º 2, Suplemento, Série I de 2009-01-05, do Ministério da Educação (fixa o **suplemento remuneratório** a atribuir pelo exercício de **cargos de direcção** em escolas ou agrupamento de escolas, bem prevê a atribuição de um prémio de desempenho pelo exercício de cargos ou funções de desempenho de director, subdirector e adjunto de agrupamento de escolas ou escolas não agrupadas): <http://dre.pt/pdf1sdip/2009/01/00201/0000400005.pdf>

Portaria n.º 1553-C/2008, D. R. n.º 252, 4º Suplemento, Série I de 2008-12-31, da Presidência do Conselho de Ministros e Finanças e da Administração Pública (aprova a **tabela remuneratória** única dos trabalhadores que exercem funções públicas, contendo o número de níveis remuneratórios e o montante pecuniário correspondente a cada um e actualiza os índices 100 de todas as escalas salariais): <http://www.dre.pt/pdf1sdip/2008/12/25204/004000431.pdf>

Portaria n.º 1553-D/2008 (idem anterior) (procede à revisão anual das tabelas de **ajudas de custo, subsídios de refeição e de viagem, bem como dos suplementos remuneratórios**, para os trabalhadores em funções públicas e actualiza as **pensões de aposentação e sobrevivência, reforma e invalidez**): <http://dre.pt/pdf1sdip/2008/12/25204/0043100432.pdf>

Despacho n.º 17324/2008, de 26 de Junho (**pagamento aos professores do ensino público**, particular ou cooperativo das provas de **exame** do ensino secundário).

Of. Circular n.º 28/2007/EMPAAG, de 5 de Junho (aplicabilidade do regime jurídico pelo Decreto-Lei n.º 503/99, de 20 de Novembro, aos docentes com vínculo laboral de direito público (Funcionários ou Agentes) que **não descontam para a Caixa Geral de Aposentação**).

Of. Circ. n.º 5/GGF/2006, de 13 de Março (**efeitos remuneratórios das faltas** para assistência a membros do agregado familiar e filhos com menos de 10 anos).

Portaria n.º 229/2006, 10 de Março (**actualização das pensões de aposentação** e sobrevivência da CGA).

Portaria n.º 132/2006, de 16 de Fevereiro (fixa o montante das prestações por **encargos familiares**).

Informação do Gab. de Inf./Drel (abono de **vencimento a fundo perdido**) (correio electrónico de 25 de Janeiro de **2006**).

Lei n.º 60/2005, de 29 de Dezembro (estabelece os mecanismos de convergência do regime geral da segurança social relativamente às condições de **aposentação e cálculo das pensões**).

Lei n.º 229/2005, de 29 de Dezembro (**revê os regimes que consagram**, para determinados grupos de subscritores da Caixa Geral de Aposentações, **desvios às regras previstas no Estatuto da Aposentação** em matéria de tempo de serviço, idade de

aposentação e fórmula de cálculo das pensões, por forma a compatibilizá-los com a convergência do regime de protecção social da função pública ao regime geral da segurança social no que respeita às condições de aposentação e cálculo das pensões).

Portaria n.º 1316/2005, de 22 de Dezembro (actualização das **pensões por invalidez**, velhice e por doença profissional).

Despacho norm. n.º 35/2005, de 9 de Junho (**correção de exames** de Língua Portuguesa e de Matemática **do 9.º ano** é da competência dos professores **não estando sujeitos a remuneração**, ao contrário do secundário com importância fixada aqui).

Despacho norm. n.º 5/2004, de 30 de Janeiro (fixa as prestações mínimas a pagar à **CGA** por débitos de contagens de tempo de serviço para a **aposentação e pensão de sobrevivência**).

Outros

Decreto-Lei n.º 124/2009, de 21 de Maio (estabelece o regime jurídico aplicável ao **trabalho voluntário** nas escolas realizado por pessoal **docente aposentado**).

Portaria n.º 1084/2008, D. R. n.º 186, Série I de 2008-09-25, do Ministério das Finanças e da Administração Pública (aprova o Regulamento de Inscrição de Beneficiários dos **Serviços Sociais** da Administração Pública): <http://www.dre.pt/pdf1sdip/2008/09/18600/06911069113.PDF>

Lei n.º 58/2008, D. R. n.º 174, Série I de 2008-09-09 da Assembleia da República (**estatuto Disciplinar** dos Trabalhadores que exercem **funções pública**) - <http://www.dre.pt/pdf1sdip/2008/09/17400/0626006274.PDF>

SAIR Resolução do Conselho de Ministros n.º 136/2008, D. R. n.º 174, Série I de 2008-09-09, da Presidência do Conselho de Ministros (determina a elaboração do Plano Nacional de Acção para a **Inclusão** 2008-2010): <http://www.dre.pt/pdf1sdip/2008/09/17400/0627606277.PDF>

Ofício Circular n.º 22/2007/DSAPOE, de 16 de Maio (programa Educação/Emprego - Despacho Conjunto n.º 942/99. Colocação de mediadores culturais e animadores).

Despacho do SEE, de 4 de Maio de **2007** (situação dos docentes com **dispensa/conversão da componente lectiva**).

Of. Circular n.º 17/2007/DSP, de 3 de Abril (**dispensa da componente não lectiva** dos **docentes que integram as estruturas do JNE**, unidades de aferição e agrupamentos de exames).

Of. Circular n.º 16/2007/DSRH, de 28 de Março (**aplicação do Despacho n.º 6075/2007**).

Despacho n.º 6075/2007, D. R. n.º 60, Série II de 2007-03-26, Parte C (define a **doença com carácter incapacitante**, nos termos e para os efeitos do n.º 2 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 224/2006, de 13 de Novembro).

Lei n.º 4/2007, D.R. n.º 11, Série I de 2007-01-16 (aprova as bases do sistema de **segurança social**).

Decreto-Lei n.º 224/2006, de 13 de Novembro, (**dispensa da componente lectiva**, reclassificação e reconversão profissionais do pessoal docente declarado incapaz).

Despacho n.º 17460/2006, de 29 de Agosto (regulamento interno do **PND** com contrato de trabalho: direitos, deveres, **conteúdo funcional**, retribuição).

Despacho do SEE, de 2 de Agosto de **2006** (Inf. n.º 607/DSERH/2006, de 18 de Julho) (**redução do horário** de trabalho para os **pais com filhos portadores de deficiência congénita** ou adquirida com mais de um ano).

Portaria n.º 701/2006, de 13 de Julho (criação da **ADSE** em situações de facto).

Despacho n.º 19212/2006, de 12 de Julho (**crédito de horas remuneradas para o exercício de actividade sindical** pelos educadores de infância e **professores** dos ensinos básico e secundário).

Of. Circular n.º 38 de 22-06-2006, DSRH/DREL (**distribuição do serviço após o terminus das actividades lectivas**).

Organização e distribuição de serviço docente – Relatório final do grupo de trabalho – 12 de Junho de **2006** (in www.min-edu.pt)

Lei n.º 15/2006, de 26 de Abril (fixa os termos de aplicação do actual sistema integrado de **avaliação do desempenho** da Administração Pública).

Dec. Lei n.º 55/2006, de 15 de Março (regime da **segurança social**).

Portaria nº 219/2006, de 7 de Março (fixa as **taxas moderadoras hospitalares**).

Circ. nº 4/2006, DGRHE, 17 de Fevereiro (Enc. de Coord. de **Pes. Aux. de Ac. Educ.**).

Circ. nº 3/2006, DGRHE, de 16 de Fevereiro (tempo e horário de trabalho dos **Cont. Ind. de Trabalho**).

Of. Circular nº 10/DSRH/PD/PND, de 18 de Janeiro de **2006** (alteração de procedimentos relativos aos **acidentes de serviço** do PD e PND).

Telecópia nº7181, DSRH/PD/DREL (esclarecimento a pedido nosso sobre **crédito dos directores de curso** dos CP e de Ed. e Formação – Desp nº 13591/2006).

Decreto-Lei nº 234/2005, 30 de Dezembro (consagra a convergência dos diversos **sistemas de saúde públicos** com o regime geral da assistência na doença...).

Lei nº 59/2005, de 29 de Dezembro (considera o **tempo de serviço** prestado como **Auxiliar de Acção Educativa** para efeitos da carreira docente - **PND**).

Of. Circular Nº 67, de 19.12.2005, da DSP/DREL(transcreve a **Informação nº 183/JM/SEE/2005**, de 13 de Dezembro de 2005, do Secretário de Estado, sobre o **serviço docente** de acordo com o Desp. nº 17387/2005, de 12 de Agosto (componente não lectiva, acompanhamento educativo, apoio educativo e faltas).

Parecer nº 113/2005, publicado no DR de 5 de Julho de 2006 (**parecer** sobre **responsabilidade disciplinar – aposentação** – função pública – deveres de **conduta privada**).

Despacho Conjunto nº 287/2005, de 4 de Abril (regulamenta as condições de acesso às provas de **avaliação sumativa externa** e sua certificação).

Decreto-Reg. nº 4/2005, de 7 de Março (sistema integrado de **avaliação do desempenho** da Administração Pública).

Decreto-Lei n.º 259/98, de 18 de Agosto (regime jurídico da **duração de trabalho** na Administração Pública).

Despacho nº 13555/98, (2ª série), de 5 de Agosto (**assessoria da Comissão Executiva**).

ALUNOS

Estatuto do Aluno Assiduidade

Declaração de Rectificação n.º 10/2008, de 7 de Março (rectifica a Lei n.º 3/2008).

Lei n.º 3/2008, de 18 de Janeiro (primeira alteração à Lei n.º 30/2002, de 20 de Dezembro, que aprova o Estatuto do Aluno dos Ensinos Básico e Secundário).

Lei n.º 30/2002, de 20 de Dezembro, (estatuto do aluno do ensino não superior).

E-mail/DREL de 27.02.07, 16:34 (assiduidade dos alunos dos cursos profissionais).

Despacho n.º 30265/200?, D.R. n.º228, Série II de 24 de Novembro, Parte C, do Ministério da Educação – Gabinete da Ministra – (visa clarificar os termos de aplicação do no Estatuto do Aluno). <http://www.dre.pt/pdf2sdip/2008/11/228000000/4776547765.pdf>

Of. Circular n.º 8/2005, de 15 de Janeiro (efeitos da aplicação da medida disciplinar de suspensão - artigo 35º da Lei n.º 30/2002, de 20 de Dezembro)

Of. Circular n.º 16/2003, de 3 de Março (esclarecimentos sobre a aplicação e interpretação da Lei n.º 30/2002).

Of. Circular n.º 6 2008 (orientações relativamente à aplicabilidade das alterações introduzidas pela Lei n.º 3/2008, de 18 de Janeiro, na Lei n.º 30/2008).

Of. Circular n.º 14 2008 (orientações relativas à aplicação da prova introduzida pela Lei n.º 3/2008, de 18 de Janeiro, na Lei n.º 30/2002).

Of. Circular n.º 16, de 3de Novembro (aplicação das alterações ao Estatuto do Aluno introduzidas pela Lei n.º 3/2008, de 18 de Janeiro, no âmbito do regime de assiduidade dos Cursos Profissionais e dos Cursos de Educação e Formação de Jovens).

Ação Social Escolar - ASE

Despacho n.º 13483/2009, de 9 de Junho (contrato-programa a celebrar entre o Estado e os municípios aderentes para implementação do título de transporte designado passe 4_18@escola.tp).

Of. Circular n.º 4/2009/ DSGM-ASE, de 8 de Junho (exportação de dados para a MISI e para a DRELVT).

Despacho n.º 11749/2009, de 15 de Maio (passe escolar – municípios).

Despacho n.º 10221/2009, de 17 de Abril de 2009 (título de transporte designado por "passe 4_18@escola.tp").

Despacho n.º 10150/2009, de 16 de Abril de 2009 (aprova novas medidas de apoio social e altera o despacho n.º 20 956/2008, de 24 de Julho).

Of. Circular n.º 2/2009/DSGM-ASE, de 9 de Março (acesso dos alunos das Escolas Profissionais às cantinas das Escolas Básicas e/ou Secundárias públicas).

Decreto-Lei n.º 55/2009, de 2 de Março (estabelece o regime jurídico aplicável à atribuição e ao funcionamento dos apoios no âmbito da ação social escolar). <http://dre.pt/pdf1sdip/2009/03/04200/0142401433.pdf>

Portaria n.º 376/2009, de 27 de Fevereiro (actualização do preço das refeições para 2009).

Portaria n.º 138/2009, D. R. n.º23, Série I de 2009-02-03, da Presidência do Conselho de Ministros e Ministérios das Finanças e da Administração Pública, das Obras Públicas, Transportes e Comunicações e da Educação (define as condições de atribuição do “passe escolar 4_18@escola.tp”): <http://dre.pt/pdf1sdip/2009/02/02300/0080900811.pdf>

Decreto-Lei n.º 246/2008, de 18 de Dezembro (actualiza o valor da retribuição mínima mensal garantida para 2009).

Despacho n.º 20956/2008, de 24 de Julho (regula as condições de aplicação das medidas de ação social escolar da responsabilidade do Ministério da Educação a partir do ano lectivo de 2008-2009).

Despacho 20513/2008, de 5 de Agosto (institui o **Prémio de Mérito Ministério da Educação** a atribuir aos alunos que tenham concluído o **ensino secundário**, em **2007-2008**, ou venham a concluir em **anos subsequentes**).

Despacho n.º 145/2008, 3 de Janeiro (cria um escalão especial do secundário de apoio ao programa de acesso aos **computadores pessoais** e à **banda –larga** e um escalão especial de acesso à **bolsa de mérito** do Ensino Secundário).

Decreto-Lei n.º 186/2008, D. R. n.º 182, Série I de 2008-09-19 do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações (procede à **terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 299/84**, de 5 de Setembro, criando o **passaporte escolar** ou **passaporte4_18@escola.pt**) <http://www.dre.pt/pdf1sdip/2008/09/18200/0691106913.pdf>

Despacho n.º 19165/2007, D. R. n.º 163, Série II, de 2007-08-24, Parte C (regula as condições de **acção social escolar** previstas no Decreto-Lei n.º 47/2006, de 28 de Agosto, de 28 de Agosto, para o ano lectivo de **2007-2008**).

Despacho 18707/2007, de 21 de Agosto, (processo experimental de **exportação de dados** referente a acção social escolar para a MISI).

Of. Circular n.º 35/2007/EMPAAG, de 9 de Agosto (acção social escolar - ano escolar **2007/2008**).

Ofício Circular n.º 32/2007/EMPAAG, de 26 de Junho (alimentação escolar - **refeitórios de gestão directa** - refeitórios adjudicados).

Of. Circular n.º 25/2007/DIR, de 25 de Maio (acção social escolar - ano escolar **2007/2008**).

Of. Circular n.º 23/2007/DIR, de 17 de Maio (acção social escolar - ano escolar **2007/2008** - prémio de **seguro escolar**).

Of. Circular n.º 4/2007/DIR, de 26 de Janeiro (acção social escolar - refeitórios escolares - actualização do **preço** de venda das refeições a funcionários).

Despacho, de 5 de Dezembro de **2006** D.R., n.º 233, 2.ª série - Parte Especial (acção social escolar para o ano lectivo de **2006-2007**).

Despacho n.º 23731/2006 (2ª Série), de 19 de Outubro de 2006, publicado no Diário da República n.º 224, de 21 de Novembro (delega competências no Presidente do Conselho Executivo das matérias relacionadas com a **ASE** - ver **n.º 2.4**).

Despacho n.º 18 797/2005, de 30 de Agosto (acção social escolar para o ano lectivo de **2005-2006**).

Despacho n.º 15187/2001, de 2 de Julho (aprova o regulamento de atribuição de **bolsas de mérito** a alunos do ensino secundário).

Portaria n.º 413/99, de 8 de Junho (aprova o regulamento do **seguro escolar**).

Decreto-Lei n.º 35/90, publicado no Diário da República I Série, n.º 21, de 25 de Janeiro (define o regime de **gratuidade da escolaridade obrigatória** e os **apoios e complementos educativos**).

Associativismo

Declaração de Rectificação n.º 22/2007, D.R. n.º 60, Série I, de 26 de Março (rectifica a **Portaria n.º 176/2007**, de 9 de Fevereiro).

Portaria n.º 176/2007, D. R. n.º 29, Série I, de 9 de Fevereiro (regula a **atribuição** de um **subsídio anual** às associações de estudantes do ensino secundário das escolas públicas e particulares).

Lei n.º 23/2006, de **23 de Junho** (regime jurídico do **associativismo juvenil**).

Lei n.º 124/99, DR 194/99 Série I-A, de 20 de Agosto (**garante** aos jovens menores o livre exercício do **direito de associação** e simplifica o processo de constituição das associações juvenis).

Lei n.º 35/96, DR 200/96 Série I-A, de 29 de Agosto (**altera a Lei n.º 33/87**, de 11 de Julho - regula o exercício do direito de associação dos estudantes).

Decreto-Lei n.º 55/96, DR 119/96 Série I-A, de 22 de Maio (**altera** o artigo 5.º do **Decreto-Lei n.º 152/91**, de 23 de Abril -aprova o estatuto do dirigente associativo estudantil).

Decreto-Lei n.º 54/96, DR 119/96 Série I-A, de 22 de Maio (**altera** os n.ºs 1 e 3 do artigo 2.º, o n.º 3 do artigo 3.º e o artigo 7.º do **Decreto-Lei n.º 91-A/88**, de 16 de Março).

Portaria n.º 154-A/95, DR 45/95 Série I-B 1º Suplemento, de 22 de Fevereiro (**altera a Portaria n.º 841-A/90**, de 15 de Setembro - aprova o Regulamento para a Concessão de Apoios às Associações Juvenis).

Portaria n.º 841-A/90, DR 214/90 Série I 1º Suplemento, de 15 de Setembro (**aprova o regulamento** para a concessão de apoios às associações juvenis. **Revoga a Portaria n.º 244/89**, de 3 de Abril).

Decreto-Lei n.º 129/89, DR 88/89 Série I, de 15 de Abril (**isenta** as associações de estudantes do ensino não superior, as associações juvenis e as associações de pais de **emolumentos e taxas** pela inscrição no ficheiro central de pessoas colectivas e requisição do respectivo cartão de identificação).

Decreto-Lei n.º 91-A/88, de 16 de Março (**regulamenta** o exercício dos direitos das **associações de estudantes**).

Exames e Acesso ao Ensino Superior

Despacho n.º 9553/2009, de 6 de Abril (**nomeação do júri nacional de exames** dos ensinos básico e secundário e das provas de aferição para o ano de **2009**).

Despacho normativo n.º 10/2009, D. R. n.º 35, Série II de 2009-02-19, do Ministério da Educação - Secretário de Estado da Educação (**regulamentos do júri nacional de exames e dos exames** dos ensinos básico e secundário. **Actualiza** algumas das disposições do **Despacho Normativo n.º 19/2008**, de 19 de Março): <http://dre.pt/pdf2sdip/2009/02/035000000/0693706950.pdf>

Despacho n.º 3536/2009, D. R. n.º 19, Série II, de 2009-01-28, do Ministério da Educação – Gabinete do Secretário de Estado da Educação (define a **calendarização** relativa à realização **das provas de exames** nacionais e dos exames de equivalência à frequência dos ensinos básico e secundário): <http://dre.pt/pdf2sdip/2009/01/019000000/0416204165.pdf>.

Despacho n.º 2285/2009, D. R. n.º 11, Série II de 2009-01-16, do Ministério da Educação – Gabinete do Secretário de Estado da Educação (estabelece o regime de **exame do nível de iniciação** das disciplinas de **Inglês e Francês** do ensino secundário): <http://dre.pt/pdf2sdip/2009/01/011000000/0243902439.pdf>

Despacho n.º 13018/2008, de 8 de Maio (**substitui o anexo A do despacho n.º 2275/2008**, de 24 de Janeiro).

Despacho Normativo n.º 19/2008, de 19 de Março (**regulamento do júri nacional de exames**, regulamento dos exames do ensino básico e regulamento dos exames do ensino secundário. **Revoga o Despacho normativo n.º 14/2007**, D. R. n.º 48, Série II, de 2007-03-08).

Despacho n.º 2275/2008, de 24 de Janeiro (**calendário** de realização das provas de **exame**, incluindo os exames nacionais, de 2008).

Despacho n.º 6260/2008, de 8 de Fevereiro (aprova o regulamento de **exames a nível de escola** para a **conclusão e certificação do nível secundário de educação**).

Decreto-Lei n.º 357/2007, de 29 de Outubro (**exames a nível de escola** para a **conclusão e certificação do nível secundário de educação**).

Of. Circular n.º 38/2007/DSAPOE, de 16 de Outubro (**alterações ao Despacho n.º 21008/2006**, de 16 de Outubro).

Of. Circular n.º 39/2007/DSAPOE, de 24 de Outubro (Provas e **Exames Nacionais - 2007/2008**).

Despacho normativo n.º 14/2007, D. R. n.º 48, Série II, de 2007-03-08 (aprova os **regulamentos do júri nacional de exames** dos ensinos básico e secundário. **Revoga** o Despacho Normativo n.º 22/2006, de 31 de Março) – **revogado**.

Ofício Circular n.º 24/2007/DSAPOE, de 22 de Maio (realização de **exames para complemento de currículo** na 2ª fase).

Despacho n.º 4690/2007, D. R., n.º 52, de 14 – 03- 07 (**calendário** de Exames: inscrição e realização).

Despacho n.º 17180/2007, de 3 de Agosto (determina o modo de **cálculo da classificação final** nas disciplinas em que os alunos do **ensino básico** recorrente **realizem exame** nacional).

Circular n.º 10/DSEE/2007, de 11 de Maio, (**exames de equivalência à frequência - 3.º Ciclo** do Ensino Básico).

Circular n.º 01/2007, JNE (**provas de ingresso** no ensino superior) (Página Web do JNE).

Of. Circular n.º 6 DSEE/JNE/2007 (utilização de **dicionários** nos exames finais nacionais por alunos oriundos de países estrangeiros).

Of. Circular nº 10/2007/DSP, de 2 de Março (**ensino secundário recorrente** por unidades capitalizáveis / Blocos capitalizáveis - Provas de **acesso ao Ensino Superior**).

Of. Circular nº 9/2007/DSP, de 1 de Março (utilização de **dicionários** nos exames finais nacionais por alunos oriundos de países estrangeiros e matriculados no ensino básico ou secundário português).

Of. Circular nº 01/DSP/GAB.SEG./DREL, de 9 de Janeiro (**Cumprimento dos Programas de Física e Química A** – 10º e 11º ou 11º e 12º anos – **Física** – 12º ano e **Química** – 12º ano. Exames nacionais).

Of. Circular nº 06/DREL/DSP/GAB. SEC., de 21-02-07 (Utilização de **calculadoras** nos exames do ensino secundário).

Despacho normativo nº 15/2006, D. R. , Série II, nº 218, de 2006-11-13 (**exames** do ensino secundário).

Despacho nº 210088/2006, de 16 de Outubro (**época extraordinária** de exames de equivalência à frequência – alunos a quem falta uma ou duas disciplinas do **Dec.** – **Lei nº 286/89**, de 29 de Agosto).

Despacho nº 3971/2006 (2ª série), de 20 de Fevereiro (**calendário** de exames).

Of. Circular nº 6/DSRH/DES/JNE, da DGIDC, de 02/03/06, (**exames nacionais** e provas de **equivalência à frequência** – Planos de estudo ao abrigo do Dec. – **Lei nº 286/89**, de 29 de Agosto).

Dec. Lei nº 147 – A/2006, de 31 de Julho (**alteração do acesso ao ensino superior - 1ª e 2ª fase de exames**).

Despacho nº 16078 –A/2006, de Agosto (**excepcionalidade das candidaturas** ao ensino superior no presente ano – **2006**).

Dec. Reg. nº 144/2006, 2ª série, de 1 de Agosto, (regulamento de **avaliação de acesso ao ensino superior com de 23 anos**).

Despacho nº 5537/2005, de 15 de Março (exame da área curricular de **Tecnologias de Informação e Comunicação**, do currículo do **9º ano** de escolaridade).

Decreto-Lei 296-A/98, de 25 de Setembro (texto consolidado), com as alterações introduzidas pelo **Decreto-Lei nº 99/99**, de 30 de Março, **Decreto-Lei nº 26/2003**, de 7 de Fevereiro, **Decreto-Lei nº 76/2004**, de 27 de Março, **Decreto-Lei nº 158/2004**, de 30 de Junho, **Decreto-Lei nº 147-A/2006**, de 31 de Julho, **Decreto-Lei nº 40/2007**, de 20 de Fevereiro, **Decreto-Lei nº 45/2007**, de 23 de Fevereiro e **Decreto-Lei nº 90/2008**, de 30 de Maio e pela **Declaração de Rectificação nº 32-C/2008**, de 16 de Junho – estabelece os **princípios gerais para o acesso e ingresso no ensino superior**.

Deliberações da Comissão Nacional de acesso ao ensino superior

<http://www.dges.mctes.pt/DGES/pt/Estudantes/Acesso/Legislacao/Deliberacoes+CNAES.htm>

Deliberação nº 1704/2009, de 18/06 - **Aplicação do art.º 20-A** do Dec.Lei nº 296-A/98 para a candidatura em **2010/2011**.

Deliberação nº 1703/2009, de 18/06 - Fixação do **elenco de provas de ingresso** para **2009/2010** e para **anos futuros**.

Deliberação nº 1702/2009, de 18/06 - utilização dos **exames nacionais como provas de ingresso**.

Deliberação nº 1701/2009 - divulga os **exames nacionais** do ensino secundário **que satisfazem as provas de ingresso** exigidas no âmbito dos concursos de candidatura à matrícula e inscrição no ensino superior no ano lectivo de 2009-2010.

Deliberação nº 1700/2009 - aprova os **pré-requisitos** de aptidão física e funcional a comprovar no âmbito dos concursos de candidatura à matrícula e inscrição no ensino superior no ano lectivo de **2009-2010**.

Deliberação nº 9/2008, de 23/07 - esclarece o âmbito de utilização da **tabela de conversão** fixada ao abrigo da Deliberação nº 904/2008, de 27/03.

Deliberação nº 8/2008, de 18/06 - Anexo I Anexos II e III - **aplicação do art.º 20-A** do Dec.Lei nº 296-A/98 para a candidatura em **2009/2010**.

Rectificação da Deliberação nº 1649/2008, de 13/06 - rectificação do nº 2 do artigo 1.º

Deliberação nº 1664/2008, II Série do DR nº 115, de 17/06 - aprova o regulamento da **aplicação** do disposto no **artigo 20.º-A** do Decreto-Lei nº 296-A/98.

Deliberação nº 1650/2008, II Série do DR nº 113, de 13/06 - **classificação final do ensino secundário** a atribuir aos candidatos cujo diploma, nos termos da lei, não incluía essa classificação.

Deliberação n.º 1649/2008, II Série do DR n.º 113, de 13/06 - **elenco de provas** de ingresso para a candidatura ao curso de **Medicina** nos anos lectivos de **2008/2009 e de 2009/2010**.

Deliberação n.º 1291/2008, II Série do DR n.º 84, de 30/04 - fixação dos **elencos de provas** de ingresso para 2008/2009 e para anos futuros.

Deliberação n.º 934/2008 - II Série do DR n.º 63, de 31/03 - **pré-requisitos** para **2008** e regulamentos dos Grupos A,PeE.

Deliberação n.º 933/2008 - II Série do DR n.º 63, de 31/03 - Utilização dos **exames nacionais como provas de ingresso**.

Deliberação n.º 904/2008 - II Série do DR n.º 61, de 27/03 - Conversão de classificações para aplicação do disposto no art.º 20.º-A do D.L. 296-A/98.

Deliberação n.º 67/2007, D.R. n.º 8, Série II de 2007-01-11 - **provas de ingresso** a realizar por **estudantes titulares de um curso de ensino secundário**.

Deliberação n.º 1336-B/2007, II Série do DR n.º 130, de 09/07 - Fixação dos **elencos de provas de ingresso** para **2007/2008, 2010/2011**, e candidatura a **Medicina**.

Deliberação n.º 1336-A/2007, II Série do DR n.º 130, de 09/07 - **aplicação do art.º 20-A** do Dec.Lei n.º 296-A/98 para a candidatura em 2008/2009.

Visitas de Estudo

Of. Circular n.º 31/2007/DIR, de 22 de Junho (**viagens de finalistas** ao estrangeiro).

Of. Circular n.º 3, de 07-07-2006/**DSP/GAB SEG./DREL**, (**visitas de estudo ao estrangeiro e em território nacional**).

Lei n.º 13/2006, de 17 de Abril (determinação das regras para o **transporte colectivo** de crianças e jovens até aos 16 anos, de e para os estabelecimentos de educação e ensino, destinado à **prática de actividades desportivas ou culturais, visitas de estudo e outras deslocações** organizadas para ocupação de tempos livres).

Of. Circular n.º 2, de 04-05-2005/**DREL**, (**visitas de estudo**).

Outros

Of. Circular n.º 07/07/DREL/DSP/GAB. SEG., de 21-02-07 (**repetição voluntária de frequência** de ano pelos alunos que reuniram condições de transição ao ano seguinte).

Circular n.º 15/DGIDC/2005, de 18 de Novembro (**alunos filhos de profissionais itinerantes**).

II

ALGUMA LEGISLAÇÃO DE REFERÊNCIA (antiga)

AUTONOMIA

Dec.-Lei nº 115-A/1998, de 4 de Maio (**Regime de autonomia**, administração e gestão dos estabelecimentos dos ensinos básico e secundário) - **revogado**.

Lei nº 24/1999, de 22 de Abril (**primeira alteração** do Dec.-Lei nº 115-A/98, de 21 de Julho).

Dec. Regulamentar nº 10/1999, de 21 de Julho (**quadro de competências** das estruturas de orientação educativa) - **revogado**.

III

SÍTIOS DA INTERNET COM A LEGISLAÇÃO

OFÍCIOS:

www.min-edu.pt (legislação)

boletim do cirep

www.drel.min-edu.pt,

www.dgide.min-edu.pt,

www.dgrhe.min-edu.pt,

ORIENTAÇÕES:

Todos os anteriores,

www.min-edu.pt,

DIÁRIOS DA REPÚBLICA E DESPACHOS:

www.dre.pt,

www.dgide.min-edu.pt,

www.dgfv.min-edu.pt,

www.educacao.TE.pt,

http://www.sg.min-edu.pt/bol_informativo.htm,

<http://www.agnazare.ccems.pt/documentacao/legislacao/legislacao.htm>,

IV

ANEXO

Desporto Escolar

Programa 2007-2009 – http://sitio.dgide.min-edu.pt/desporto/Documents/Programa_DE_2007_2008.pdf

Regulamento Geral de Provas – http://sitio.dgide.min-edu.pt/desporto/Documents/regulamentos/RegGeral_Provas_0709

Gás

Inspecções às Instalações de Gás – Portaria n.º 690/2001
Inspecções das Instalações de Gás – Decreto-Lei n.º 521/99
Inspecções Periódicas às Instalações de Gás – Portaria n.º 362/2000

Direitos e Deveres

Código de Processo Penal – Lei n.º 48/2007
Código Penal Portugal – Lei n.º 59/2007
Estatuto Disciplinar do Aluno Não Superior – Lei n.º 3/2008
Funcionamento das Comissões para a Dissuasão da Toxicoddependência – Decreto-Lei n.º 130-A/2001
Lei da Protecção de Crianças e Jovens em Perigo – Lei n.º 147/99
Lei da Protecção de Dados Pessoais – Lei n.º 67/98
Lei Tutelar Educativa – Lei n.º 166/99
Regime Jurídico das Armas e suas Munições – Lei n.º 5/2006

Segurança nas Instalações (Contra Incêndios)

Lei de Bases da Protecção Civil – **Lei n.º 27/2006**
Regime Jurídico da Segurança Contra Incêndios em Edifícios – **Decreto-Lei n.º 220/2008**, de 12 de Novembro
Regulamento Técnico de Segurança Contra Incêndios em Edifícios e Recintos – **Portaria n.º 1532/2008**, de 29 de Dezembro

Este trabalho beneficiou da revisão, organização e complemento efectuados pela Dra. Clotilde Oliveira

O Presidente da Comissão Administrativa Provisória

António Rodrigo Pinto da Cruz